

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 30 de maio de 2025 • N° 2062 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Business Intelligence revolucionária

PÁGINA 7

TRAMA GOLPISTA

Tarcísio depõe hoje no STF em defesa de Bolsonaro

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu hoje, e na próxima segunda-feira, as testemunhas de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu por liderar tentativa de golpe de Estado em 2022. Há a previsão as pessoas listadas pela defesa do ex-presidente sejam ouvidas nas audiências virtuais. Porém, a qualquer momento, o réu pode solicitar a desistência de alguma delas ao relator do caso, ministro Alexandre de Moraes. Entre as testemunhas, estão cinco membros do alto escalão do governo Bolsonaro: o ex-ministro de Infraestrutura e atual governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o ex-chefe da Casa Civil e atual senador Ciro Nogueira (PP-PI), o ex-ministro e senador Rogério Marinho. **PÁGINA 9**

Rio

Prefeitura interdita asilo clandestino na Zona Oeste

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, participou de uma operação que levou à interdição de um asilo clandestino localizado no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste. A ação foi realizada em conjunto com a Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa (DEAPTI) e o Instituto Municipal de Vigilância Sanitária (Ivisa-Rio). No local, foram encontrados cerca de 10 idosos expostos a maus-tratos, medicamentos vencidos e condições totalmente insalubres. A denúncia chegou à SEMESQV através do canal Rio Cuidadoso, que tem se consolidado como uma ferramenta essencial na proteção dos direitos da pessoa idosa. **PÁGINA 10**

IBGE

Taxa de desemprego é menor para o trimestre desde 2012

A taxa de desemprego de 6,6% registrada no trimestre encerrado em abril deste ano é a menor para o período desde 2012, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua começou a ser realizada. Em abril do ano passado, por exemplo, a taxa era de 7,5%. Segundo os dados da Pnad, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas vêm apresentando quedas nas compa-

rações anuais há 46 trimestres, isto é, desde o trimestre encerrado em julho de 2021. Ainda de acordo com esses dados, nos últimos 12 meses, todos os trimestres apresentaram suas menores taxas desde 2012 (é o caso dos encerrados em abril e em março deste ano, além daqueles finalizados no período de julho a dezembro de 2024) ou desde 2014 (janeiro e fevereiro deste ano, além de maio e junho de 2024). **PÁGINA 2**

TESOURO



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Contas do Governo Central têm melhor abril em 3 anos

Num mês tradicionalmente de forte entrada de receitas no governo, as contas públicas surpreenderam. Em abril, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram superávit primário de R\$ 17,782 bilhões. Descontada a inflação, o resultado positivo é 45,5% maior que o do mesmo mês do ano passado, quando as contas tinham registrado superávit de R\$ 11,585 bilhões. Os gastos com o funcionalismo federal recuaram 1,4%, também considerando a inflação. No entanto, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron (foto), admitiu que as despesas com os servidores aumentarão nos próximos meses, com o início do pagamento retroativo do reajuste para diversas categorias. **PÁGINA 2**

ORTIGUEIRA E FAXINAL

Lula cria projeto de assentamento da reforma agrária em municípios do PR



RICARDO STUCKERT/ABRASIL

O governo federal criou, ontem, o Projeto de Assentamento Maila Sabrina, com a desapropriação da área de 10,6 mil hectares da antiga Fazenda Brasileira, localizada nos municípios paranaenses de Ortigueira e Faxinal. O investimento de R\$ 304 milhões vai beneficiar 450 famílias. Durante evento em Ortigueira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) explicou a importância da destinação de terras degradadas para a produção de alimentos. Ele lembrou que o mundo produz mais do que pode consumir e, ainda assim, 733 milhões de pessoas passam fome. **PÁGINA 9**

CÂMARA

Contra alta do IOF, Motta sugere medidas 'antipáticas'

Após pedir ao governo que reveja o aumento do Imposto de Operações Financeiras (IOF), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que o parlamento está disposto a aprovar medidas antipáticas de corte de despesas para alcançar a meta de gastos definida pelo arcabouço fiscal. "Talvez tenha chegado a hora de enfrentar esse problema, de colocar o dedo na ferida e rever e ajustar aquilo que não está correto. É isso que nós estamos nos dispostos a fazer, sabendo até que, muitas das vezes, são medidas antipáticas que precisarão ser tomadas perante a sociedade", afirmou Motta após reunião de líderes ontem. **PÁGINA 9**

INDICADORES

IBOVESPA -0,25% / 138.533,70 / -354,11 / Volume: 18.019.258.833 / Negócios: 3.235.729				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,24% (abr.)	EURO turismo																																																																
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento																																																																		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	%																																																																
AZUL PN N2	0,96	-6,80	-0,07	AMBIPAR ON NM	173,01	+18,50	+27,01	PDG REALT ON NM	0,35	-18,60	-0,08	S&P 500	5,912,17	+0,40	HAPVIDA ON NM	2,85	-2,06	-0,06	AUTOMOB ON EG NM	13,420	+11,83	+1,420	INFRACOMM ON NM	0,070	-12,50	-0,010	NASDAQ Composite	19,175,872	+0,39	B3 ON NM	14,10	-1,40	-0,20	TC ON NM	9,100	+11,11	+0,910	WETZEL S/A PN	12,90	-7,86	-1,10	Nasdaq 100	21,363,95	+0,21	BRASIL ON ATZ NM	23,70	-1,58	-0,38	MELIUS ON NM	8,820	+9,70	+0,780	NORDON MET ON	5,80	-7,79	-0,49	Euronext 100	1,585,17	-0,03	BRADESCO PN N1	16,08	-0,43	-0,07	CEMIG ON N1	18,75	+9,14	+1,57	AZUL PN N2	0,96	-6,80	-0,07	CAC 40	7,779,72	-0,11



MERCADOS



Curva do DI segura Bovespa, que cai 0,25%, aos 138,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve um dia de variação contida, de cerca de 1,1 mil pontos entre a mínima (137.993,33) e a máxima (139.108,26) da sessão, em que fechou em leve baixa de 0,25%, aos 138.533,70 pontos, com novos dados sobre o mercado de trabalho doméstico, aquecido, colocando alguma pressão sobre a curva do DI desde a manhã, apesar do dia de recuo para os rendimentos dos Treasuries, nos Estados Unidos. Em Nova York, os principais índices de ações registraram alta entre 0,28% (Dow Jones) e 0,40% (S&P 500). Aqui, o dólar caiu 0,50%, a R\$ 5,6670.

Na Bolsa, o giro voltou a se enfraquecer ontem, a R\$ 18 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) avança 0,51% e, no mês, tem ganho de 2,57% - no ano, sobe 15,17%.

O segundo dia de pausa do Ibovespa - após a recente renovação de recordes, na casa dos 140 mil pontos - ocorreu a despeito da retração do dólar. Na B3, o dia foi negativo para carros-chefes como Petrobras (ON -0,12%, PN -0,60%), bem como para os principais bancos, com BB (ON -1,58%) ainda puxando a fila na sessão.

Por outro lado, Vale ON, a principal ação da carteira Ibovespa, reagiu e fechou pouco acima da estabilidade (+0,07%). As utilities também foram bem na sessão, com destaque para Eletrobras (ON +0,94%, PNB +1,41%). Na ponta ganhadora do índice, Petz (+2,38%), Marfrig (+2,13%) e Cosan (+2,07%). No lado oposto, Azul (-6,80%), Magazine Luiza (-4,92%) e Minerva (-3,83%).

DÓLAR

Apesar do aumento dos ruídos políticos domésticos, com dúvidas crescentes em torno da manutenção das alterações no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o dólar apresentou queda firme no mercado local ontem acompanhando a onda de enfraquecimento da moeda americana tanto em relação a divisas fortes quanto emergentes.

Afora uma alta pequena e pontual no início dos negócios, o dólar à vista operou em baixa no restante do pregão. Com mínima a R\$ 5,6431, a moeda fechou em queda de 0,5%, a R\$ 5,667. A divisa sobe 0,35% na semana, mas tem perdas de 0,17% em maio. A desvalorização acumulada no ano é de 8,3%.

IBGE

Taxa de desemprego é menor para o trimestre desde 2012

VITOR ABDALA

A taxa de desemprego de 6,6% registrada no trimestre encerrado em abril deste ano é a menor para o período desde 2012, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua começou a ser realizada. Em abril do ano passado, por exemplo, a taxa era de 7,5%.

Segundo os dados da Pnad, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas vêm apresentando quedas nas comparações anuais há 46 trimestres, isto é, desde o trimestre encerrado em julho de 2021.

Ainda de acordo com esses dados, nos últimos 12 meses, todos os trimestres apresentaram suas menores taxas desde 2012 (é o caso dos encerrados em abril e em março deste ano, além daqueles finalizados no período de julho a dezembro de 2024) ou desde 2014 (janeiro e fevereiro deste ano, além de maio e junho de 2024).

Outro dado positivo divulgado pelo IBGE é o rendimento médio do trabalhador, que atingiu o maior valor para um

trimestre encerrado em abril (R\$ 3.426) e também o maior patamar da série histórica, considerando todos os trimestres comparáveis (aqueles encerrados em janeiro, em julho e em outubro).

INFORMALIDADE

O mercado de trabalho do país registrou uma taxa de informalidade de 37,9% no trimestre encerrado em abril deste ano, apresentando, portanto, quedas em relação ao trimestre finalizado em janeiro deste ano (38,3%) e na comparação com o trimestre findo em abril de 2024 (38,7%).

Havia, de acordo com o IBGE, no trimestre encerrado em abril deste ano, 39,2 milhões de trabalhadores informais, em um total de 103,3 milhões de pessoas ocupadas no país, no período. A informalidade inclui trabalhadores sem carteira assinada, ocupados sem CNPJ, empregadores sem CNPJ e trabalhadores auxiliares familiares.

Nas comparações trimestral e anual, houve estabilidade nos empregos sem carteira assinada (tanto no setor privado quanto nos serviços domésti-

cos) e nos trabalhos sem CNPJ. Portanto, a queda da informalidade foi puxada pelo aumento dos empregos formais.

Os trabalhadores com carteira assinada, por exemplo, cresceram 0,8% no trimestre e 3,8% no ano, segundo o IBGE.

“O mercado de trabalho está absorvendo [mão de obra] e está seguindo forte e resiliente, mantendo a população ocupada e melhorando a qualidade, com a população com carteira de trabalho assinada sendo a única a crescer”, explica o pesquisador do IBGE William Kraitchwill.

SETORES

Na comparação trimestral, apenas o segmento de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais teve alta (2,2%), enquanto o restante manteve estabilidade.

Já na comparação anual, cinco grupamentos cresceram: indústria geral (3,6%), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (3,7%), transporte, armazenagem e correio (4,5%), informação, comunicação e atividades finan-

ceiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (3,4%) e administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (4%). Houve redução em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-4,3%).

SUBUTILIZAÇÃO

A população subutilizada, isto é, a parcela dos desempregados e daqueles que poderiam trabalhar mais do que trabalham atualmente, ficou em 18 milhões, estável na comparação trimestral e 10,7% menor que no ano anterior.

A taxa composta de subutilização (15,4%) mostrou estabilidade no trimestre e teve queda na comparação anual (17,4%).

A população desalentada, que inclui aqueles que gostariam de trabalhar e estavam disponíveis, mas que não buscaram trabalho por vários motivos, ficou em 3,1 milhões, estável no trimestre e com redução de 11,3% no ano.

O percentual de desalentados (2,7%) também mostrou estabilidade no trimestre e recuou no ano (3,1%).

ABRAS

Consumo das famílias se mantém em alta em abril

Abril teve balanço positivo para o comércio de alimentos, com alta de 1,25% no consumo em relação ao mês de março e de 2,63% na comparação com abril de 2024. Também houve aumento dos preços de alimentos, de 0,82% em abril, chegando a um acumulado de 10,83% nos últimos 12 meses.

Os dados foram levantados pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que monitora vendas e custos do setor. Para a Abras, o resultado positivo foi garantido por políticas diretas de renda, como o Bolsa Família e o auxílio gás, e o abono do PIS/Pasep, que destinaram mais de R\$ 14 bilhões para a população, valor que ajudou a melhorar as vendas do setor.

Também teve início o pagamento da antecipação da primeira parcela do 13º salário para aposentados, pensionistas e demais beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que deve estender sua influência sobre o índice de maio, com R\$ 70 bilhões pagos aos segurados. O aumento no consumo dos lares brasileiros acumula, neste ano, alta de 2,52%. Como já ha-

via expandido em março, o resultado de abril mostrou-se mais modesto do que o esperado. “Embora o crescimento de 1,25% em abril, influenciado pela sazonalidade da Páscoa, possa parecer modesto, ele ocorreu sobre uma base comparativa elevada, já que, em março, o consumo avançou expressivamente 6,96%. Esse resultado atípico no mês anterior reduziu o espaço para um crescimento mais robusto. Ainda assim, o consumo na semana da Páscoa cresceu 16,5%, evidenciando o impacto positivo da data no consumo das famílias”, diz nota do vice-presidente da Abras, Marcio Milan.

O índice da Abras inclui ainda dois acompanhamentos de preços: uma cesta básica de 35 itens, divididos entre produtos básicos, hortifrutigranjeiros e proteínas de origem animal, além de produtos de higiene e limpeza, e outro com 12 produtos considerados essenciais. Na cesta ampliada, o aumento foi de 0,82% em abril, com acumulado de 10,83% em um ano. Valor da cesta passou de R\$ 812,54 em março para R\$ 819,20 em abril.

FAZENDA

Contas do Governo Central têm melhor abril em três anos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Num mês tradicionalmente de forte entrada de receitas no governo, as contas públicas surpreenderam. Em abril, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram superávit primário de R\$ 17,782 bilhões. Descontada a inflação, o resultado positivo é 45,5% maior que o do mesmo mês do ano passado, quando as contas tinham registrado superávit de R\$ 11,585 bilhões.

Esse é o melhor superávit para meses de abril desde 2022, quando o Governo Central tinha registrado resultado positivo de R\$ 28,997 bilhões. O resultado veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado positivo de R\$ 12,2 bilhões em abril.

Com o resultado positivo de abril, as contas públicas continuam no positivo no acumulado do ano. Nos quatro primeiros meses de 2025, o Governo Central registra superávit primário de R\$ 72,359 bilhões, o segundo melhor resultado da série histórica com início em 1997, só perdendo para o mesmo período de 2022. Nos mesmos meses do ano passado, havia superávit de R\$ 31,756 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância

de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central. No limite inferior da meta, isso equivale a déficit de até R\$ 31 bilhões.

PRECATÓRIOS

Apesar do superávit acumulado no ano, está previsto o pagamento de R\$ 70 bilhões em precatórios (dívidas com sentenças judiciais definitivas) em julho. Em 2024, o governo antecipou o pagamento de precatórios para fevereiro.

Segundo o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado na semana passada, o Orçamento de 2025 prevê déficit primário de R\$ 97 bilhões. Ao considerar apenas os gastos dentro do arcabouço, há previsão de déficit primário de R\$ 31 bilhões, no limite inferior da meta. O marco fiscal exclui R\$ 45,3 bilhões de precatórios (dívidas com sentença judicial definitiva a serem pagas pelo governo).

RECEITAS

Na comparação com abril do ano passado, as receitas subiram em ritmo maior que as despesas. No mês passado, as receitas líquidas subiram 10,9% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 5,1%. No mesmo período, as despesas totais subiram 8,2% em valores nominais e 2,5% após descontar a inflação.

O superávit primário foi impulsionado pelo crescimento da arrecadação federal em abril. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos),

houve alta de 3,3% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento do Imposto de Importação, decorrente da alta do dólar em 12 meses, e do Imposto de Renda. A alta do lucro de empresas também beneficiou o caixa do Tesouro.

As receitas não administradas pela Receita Federal subiram 18,2% descontada a inflação na mesma comparação. Os principais fatores de alta foram os pagamentos de dividendos de estatais, que subiram R\$ 3,25 bilhões por causa do pagamento de juros sobre capital da Caixa Econômica Federal e a alta de 18,2% nos royalties de petróleo, decorrente da desvalorização cambial nos últimos 12 meses.

DESPESAS

Quanto aos gastos, o principal fator de alta foi a Previdência Social, que subiram 2,4% acima da inflação em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado, devido ao aumento do número de beneficiários e à política de valorização do salário mínimo. Os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) saltaram em ritmo maior: 9,9% acima da inflação, pelos mesmos motivos.

A complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) saltou 22,8% acima da inflação na mesma comparação. Segundo o Tesouro, isso ocorreu por causa da mudança na cesta de impostos que compõem os repasses.

As despesas obrigatórias com controle de fluxo (que englobam os programas sociais)

subiram 2,1% em abril descontada a inflação na comparação com o mesmo mês do ano passado. As despesas com saúde subiram R\$ 2 bilhões, parcialmente compensadas pelo recuo de R\$ 1,1 bilhão nos gastos com o Bolsa Família, que passa por uma revisão constante de cadastro.

Os gastos discricionários (não obrigatórios) subiram 5% descontada a inflação em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado. A queda reflete o atraso na aprovação do Orçamento, que só começou a ser totalmente executado em abril.

Os gastos com o funcionalismo federal recuaram 1,4%, também considerando a inflação. No entanto, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, admitiu que as despesas com os servidores aumentarão nos próximos meses, com o início do pagamento retroativo do reajuste salarial para diversas categorias.

INVESTIMENTOS

Quanto aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o total nos quatro primeiros meses do ano somou R\$ 16,462 bilhões. O valor representa alta de 3,3% descontado o IPCA em relação ao mesmo período de 2024.

Além das diferenças de cronogramas mensais de obras públicas, o atraso na aprovação do Orçamento interferiu na alta. Até a sanção da lei orçamentária, em meados de abril, os investimentos estavam sendo executados com restos a pagar, verbas empenhadas (autorizadas) em anos anteriores. Nas duas semanas finais do mês, os investimentos aceleraram.

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Atria Investimentos e Participações S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 27 de maio de 2025. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Milhares de reais)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.530	2.318	104	19	Fornecedores	15	36.024	40.342	13	8
Aplicação financeira	5	345.816	347.023	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	27.151	98.296	-	52.367
Contas a receber	6	89.252	148.593	29.642	-	Obrigações fiscais	17	10.089	28.222	-	-
Estoques	7	123.527	72.932	-	-	Salários, encargos e obrigações sociais	18	13.758	12.753	-	-
Créditos tributários	8	27.617	30.867	1.057	119	Adiantamentos de clientes	-	2.706	2.410	-	1
Adiantamento a fornecedor	9	11.624	66.543	-	-	Outros passivos	19	11.238	4.319	9.124	-
Outros ativos	10	36.536	37.840	284	300	Total do passivo circulante		100.966	186.342	9.137	52.376
Despesas antecipadas	-	6.120	17.357	2	13	Passivo não circulante					
Total do ativo circulante		645.022	723.473	31.089	451	Empréstimos e financiamentos	17	667.729	603.635	575.586	498.333
Ativo não circulante						Parcelamento de Impostos	18	10.671	-	-	-
Ativo disponível para venda	11	88.242	88.242	-	-	Partes relacionadas	12	44.329	56.348	44.304	66.949
Créditos tributários	8	29.488	32.292	67	32.360	Provisão para riscos judiciais	20	12.402	16.481	-	-
Outros ativos	10	11.246	24.978	-	16.030	Impostos diferidos	21	271.948	257.455	-	-
Partes relacionadas	12	60.945	60.502	203.082	121.223	Provisão para perda de investimentos	13	-	6.292	1.442	7.734
Investimentos	13	78.525	81.925	753.937	827.178	Outros passivos	19	32.246	49.473	-	-
Outros investimentos	-	2.350	2.350	-	-	Total do passivo não circulante		1.039.325	989.684	621.332	573.016
Imobilizado	14	316.185	308.468	2.172	-	Patrimônio líquido					
Intangível	14	269.302	225.490	-	-	Capital social		2.206.172	2.206.172	2.206.172	2.206.172
Total do ativo não circulante		856.283	824.247	959.258	996.791	Reservas de lucros		149.881	149.881	149.881	149.881
Total do ativo		1.501.305	1.547.720	990.347	997.243	Resultados abrangentes		(425.411)	(425.411)	(425.411)	(425.411)
						Prejuízos acumulados		(1.570.764)	(1.562.255)	(1.570.764)	(1.562.255)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		359.878	371.851	359.878	371.851
						Participação de não controladores		1.136	(157)	-	-
						Total do patrimônio líquido		361.014	371.694	359.878	371.851
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.501.305	1.547.720	990.347	997.243

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	23	1.618.745	1.740.700	-	-
Custos	24	(1.434.116)	(1.522.888)	-	-
Resultado bruto		184.629	217.812	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	24	(179.226)	(123.999)	(1.510)	(1.023)
Despesas tributárias	-	(15.179)	(12.052)	(162)	(358)
Depreciações	-	(15.116)	(8.285)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	32.995	7.129	43.313	47.358
Outros resultados operacionais	25	(781)	(46.200)	4.325	(25.246)
		(173.707)	(183.407)	45.966	20.731
Lucro antes do resultado financeiro		10.922	34.405	45.966	20.731
Receitas financeiras		35.396	71.871	65	521
Despesas financeiras		(64.939)	(150.693)	(24.925)	(109.557)
Resultado financeiro líquido	26	(29.543)	(78.822)	(24.860)	(109.036)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(18.621)	(44.417)	21.106	(88.305)
Contribuição social		(17.013)	(11.904)	(13.682)	-
Impostos de renda		(27.152)	(31.983)	(18.610)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos		51.348	-	-	-
	27	7.183	(43.887)	(32.292)	-
Prejuízo do exercício		(11.438)	(88.304)	(11.186)	(88.305)
Prejuízo atribuível a:					
Acionistas controladores		(11.186)	(88.305)	(11.186)	(88.305)
Acionistas não controladores		(252)	1	-	-
Prejuízo do exercício		(11.438)	(88.304)	(11.186)	(88.305)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício		(11.438)	(88.304)	(11.186)	(88.305)
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de avaliação patrimonial - investidas		(3.464)	(3.463)	(3.464)	(3.463)
Total do resultado atribuível aos acionistas		(14.902)	(91.767)	(14.650)	(91.768)
Acionistas não controladores		252	(1)	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(14.650)	(91.768)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) do exercício		(18.621)	(44.417)	21.106	(88.305)
Ajustes por:					
Depreciação/Amortização	14	16.686	24.770	-	-
Amortização do intangível	14	14.697	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	(32.995)	(7.129)	(43.313)	(47.358)
Outras movimentações		2.677	-	2.677	-
Encargos financeiros - empréstimos e financiamentos	16	43.127	121.594	24.886	109.550
Avaliação Patrimonial	-	(3.464)	(3.464)	(3.464)	-
Provisão para demandas judiciais	20	(4.079)	3.590	-	-
Baixas nos investimentos	13.d	30.103	-	44.412	-
Baixas de imobilizado e intangível	14	28.488	1.440	-	-
Resultado do exercício - ajustado		76.619	96.384	46.305	(26.113)
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Diminuição (aumento) nas contas a receber		59.637	(32.487)	(29.642)	-
Diminuição (aumento) estoques		(50.595)	(49.337)	-	-
Diminuição (aumento) tributos a recuperar		6.054	47.490	31.355	(119)
Diminuição (aumento) em adiantamentos a fornecedores		54.919	(53.655)	27	(12)
Diminuição (aumento) outras contas a receber		12.541	(28.263)	-	-
Aumento (diminuição) partes relacionadas		8.189	78.661	(88.473)	-
Aumento (diminuição) fornecedores		(4.318)	(195)	4	8
Aumento (diminuição) obrigações fiscais		14.214	16.328	(32.293)	(1.169)
Aumento (diminuição) salários, encargos		1.005	3.006	-	(319)
Aumento (diminuição) pagamento de juros		(9.936)	(14.378)	-	-
Aumento (diminuição) outras contas a pagar		-	-	-	-
- Passivos circulante e não circulante		(15.681)	(3.718)	9.124	-
Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais		152.648	59.836	(63.593)	(27.724)
Caixa proveniente das (consumidos nas) atividades operacionais		152.648	59.836	(63.593)	(27.724)
Fluxo de Caixa das atividades de investimento					
(-) Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	(111.400)	(43.256)	(2.172)	-
(+) Dividendos recebidos	13.b	-	-	65.850	-
Consumidos (gerado) nas atividades de investimento		(111.400)	(43.256)	63.678	-
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		-	545.150	-	545.150
Aumento (diminuição) partes relacionadas		-	-	-	(29.642)
- Ativo e passivo circulantes		-	-	-	(29.642)
Aquisições de empréstimos/financiamento	16	1.412	3.798	-	-
Amortização de empréstimos/financiamento	16	(41.654)	(594.290)	-	(493.181)
Recursos líquidos consumido (gerado) nas atividades do financiamento		(40.243)	(45.342)	-	22.327
Aumentos (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.005	(28.762)	85	(5.397)
Variação de caixa e equivalentes de caixa:					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		349.341	378.103	19	5.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		350.346	349.341	104	19
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.005	(28.762)	85	(5.397)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Reserva de Lucros	Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Subscrito	A integrarizar						
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.661.485	(463)	149.881	(418.484)	(1.473.950)	(81.531)	(158)	(81.689)
Aumento de capital	23.a	545.150	-	-	-	-	545.150	-	545.150
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo		-	-	-	(3.463)	-	(3.463)	-	(3.463)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(88.305)	(88.305)	1	(88.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.206.635	(463)	149.881	(421.947)	(1.562.255)	371.851	(157)	371.694
Outras movimentações		-	-	-	-	2.677	2.677	-	2.677
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	1.545	1.545
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo		-	-	-	(3.464)	-	(3.464)	-	(3.464)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(11.186)	(11,186)	(252)	(11,438)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.206.635	(463)	149.881	(425.411)	(1.570.764)	359.878	1.136	361.014

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<p>1. Contexto operacional:</p> <p>1.1. Objeto social: A Atria Investimentos e Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. "QGDN" é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Somah Investimentos e Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão S.A., tendo sido criada em 1º de fevereiro de 1998, e tem sede na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, como parte de um amplo processo de reestruturação, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de atividade. Neste contexto, a Companhia tem como objetivo participação como acionista ou quotista no capital de outras empresas; e outras atividades afins e correlatas.</p> <p>1.2. Operações da companhia: As subsidiárias diretas da Atria Investimentos e Participações S.A. e suas respectivas áreas de negócios são: Timbaúba S.A.: A Timbaúba S.A., tem como atividades a agricultura irrigada, industrialização de produtos agrícolas próprios e de terceiros, com destaque para a produção de sucos concentrados, diluídos e de bebidas; a comercialização, inclusive exportação de produtos próprios e de terceiros. Potiporã Alimentos Ltda.: A Potiporã Alimentos Ltda., tem como finalidade a industrialização, comercialização, importação e exportação de alimentos, inclusive de matérias primas e bens utilizados em qualquer fase do processo industrial. Concessionária Rodovia dos Tamoiós S.A.: A Concessionária Rodovia dos Tamoiós S.A., tem como objetivo exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099. COSIMA - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.: Tem como atividade a produção e comercialização, inclusive importação e exportação, de ferro gusa, carvão vegetal e de produtos siderúrgicos em geral e seus subprodutos. Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré: Tem como atividade a produção e comercialização, inclusive importação e exportação, de ferro gusa, carvão vegetal e de produtos siderúrgicos em geral e seus subprodutos. Em julho de 2024, foi alienada para a QGSEE Comércio e Construção S.A. uma participação de 2,00% pertencente à Atria Investimentos e Participações S.A. Energia Verde Produção Rural Ltda.: A Energia Verde Produção Rural Ltda., tem como atividade a produção rural de produtos de origem vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou de industrialização rudimentar, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos por esses processos. Em junho de 2024 a Energia Verde Produção Rural Ltda., foi incorporada a Timbaúba S.A. Potiporã Energia S.A.: A Potip</p>

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

vigor em 2024 não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado a seguir:

Normativo	Destaque	Avaliação da Administração
IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7/ CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	As alterações estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado "risco sacado".	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis / IFRS Practice Statements 2	Novos requisitos para a classificação como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Também, conforme as emendas, apenas covenants cujo cumprimento seja obrigatório antes do final do período de reporte devem afetar a classificação do passivo entre circulante ou não circulante.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	As alterações estabelecem requisitos de reconhecimento e mensuração em operações de <i>Sale and leaseback</i> .	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Prontuário	Emissão	Destaque	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Agosto de 2023	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível. A Companhia está avaliando eventuais impactos decorrentes destas emendas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Maio de 2024	O IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos: <ul style="list-style-type: none"> Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; Classificação de ativos financeiros - termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo, ativos financeiros com características sem recurso e instrumentos contratualmente vinculados; Divulgações - investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e - termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente. 	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Maio de 2024	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações contábeis. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações contábeis consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Julho de 2024	O IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Dezembro de 2024	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação a serem observados pelas entidades na originação ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta orientação.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **b) Instrumentos financeiros:** **i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo; **iii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e) Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda, tais ativos são mensurados a valor justo conforme CPC 31. **f) Investimentos:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada. Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **g) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **h) Intangível:** A investida Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado

negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal. **k) Estimativas e julgamentos:** **i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **ii) Provisão para demandas judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a) Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **l) Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **m) Vendas de produtos:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **ii) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **iii) Receita de serviços:** A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de Caixa	2024	2023	2024	2023
Caixa	170	160	-	-
Depósitos bancários à vista	4.360	2.158	104	19
Total	4.530	2.318	104	19

5. Aplicação financeira

Aplicação financeira	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
Letra Financeira do Tesouro (i)	-	-
Fundo de investimento - renda fixa (ii)	345.816	347.023
Total	345.816	347.023

(i) O saldo de aplicações financeiras é composto em sua maioria por Certificados de Depósito Bancários (CDB) junto ao Banco Bradesco, e foi apresentada uma rentabilidade de 102% do CDI em 2023 e 101% em 2024 e depósitos de poupança que está relacionado ao licenciamento ambiental.

6. Contas a receber: a) Os valores das contas a receber de clientes, detalhadas por atividade operacional:

Circulante	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos Siderúrgicos	4.715	5.914
Rodovias - concessão	15.659	13.644
Imóveis	-	1.000
Serviços Locações	-	65.686
Agroindústria	39.236	62.349
Outros (i)	29.642	29.642
Total	89.252	148.593

(i) Valor refere-se a venda de 100% da participação da Locav.

b) Os valores detalhados por vencimento:

Circulante	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
Vencido até 180 dias	6.413	51.842
Vencidos mais que 180 dias	6.654	39.177
A Vencer até 30 dias	9.924	14.694
A Vencer de 31 a 60 dias	28.703	24.596
A Vencer mais que 90 dias	37.558	18.284
Total	89.252	148.593

c) Os valores detalhados por empresa:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
Locav Locadora Ltda.	-	65.686
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	15.659	13.644
Timbaúba S.A.	39.236	62.350
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	4.715	5.914
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	-	1.000
Atria Investimentos e Participações S.A.	29.642	29.642
Total	89.252	148.593

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito. Os recebimentos dos clientes serão realizados conforme o cronograma definido nas negociações de crédito.

7. Estoques

Consolidado	Circulante
	31/12/2024
Almoarifado (i)	89.925
Produtos Acabados (ii)	31.229
Produtos em processo	2.373
Total	123.527

(i) Representado por material de uso e consumo na produção das controladas. O aumento dos estoques na investida Timbaúba é justificado por dois motivos: • Aumento significativo no planejamento de produção e vendas de 2025; e • Definição e composição de estoques mínimos a fim de evitar rupturas no abastecimento da indústria. (ii) Representada pela investida Timbaúba S.A., com a atividade operacional na agroindústria e com seus principais produtos relacionados como: água de coco e suco, ambos envasados.

8. Impostos a recuperar

Circulante	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar (i)	2.496	2.198
IRPJ/CSLL a recuperar (ii)	7.390	5.498
ICMS a recuperar (iii)	6.894	7.965
PIS/COFINS a compensar (iii)	10.837	15.206
Total	27.617	30.867

Não Circulante	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar (i)	67	67
IRPJ/CSLL a recuperar (iii)	29.421	32.225
Total	29.488	32.292

(i) IRRF a compensar refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de outras retenções; e (ii) A composição dos tributos a compensar no circulante possui basicamente das controladas Pindaré, Energia Verde, Cosima, Timbaúba e Rodovia dos Tamoios. (iii) IRPJ/CSLL a recuperar circulante refere-se a provisão de Imposto de Renda e Contribuição social sobre prejuízos fiscais que as investidas têm expectativa de realização por resultados futuros. A controladora é uma *holding* pura e tem como contexto operacional a participação de capital de outras entidades e possuía o saldo de IRPJ/CSLL diferido no não circulante no valor de R\$ 32.293 em 2023 que foi baixado em 2024.

9. Adiantamento a fornecedor

Circulante	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedor Olam (Timbaúba) (i)	-	27.526
Fornecedores Diversos (Timbaúba) (ii)	8.062	2.784
Fornecedores diversos (Tamoios) (ii)	3.115	35.728
Outros	447	505
Total	11.624	66.543

(i) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

10. Outros ativos

Consolidado	Circulante	Não Circulante
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento funcionário	-	-
Contas a receber (i)	32.012	34.276
Faixa de domínio	-	-
Outros adiantamentos concedidos (ii)	4.524	3.564
Total	36.536	37.840

Controladora	Circulante	Não Circulante
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionária Move SP	-	-
Outras contas a receber	284	300
Total	284	300

(i) O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desdobramento das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico), TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos), TAM nº 009 (Automação dos Contornos), TAM nº 010 (Passivo do Planalto Fase 1), TAM nº 012 (Risco Geológico Túneis de serviço e Ligação) e TAM nº 015 (Passivo do Planalto Fase 2). (ii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais.

11. Ativos disponíveis para venda

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Fazendas/Terrenos (i)	88.242	88.242
Total	88.242	88.242

(i) Refere-se aos ativos da controlada Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. disponibilizados para venda. Os ativos estão mensurados a valor justo conforme CPC 31. Aguardando liberação dos órgãos competentes para efetuar o compromisso de compra e venda conforme contrato assinado com a empresa Suzano.

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

12. Partes relacionadas: Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresa ligadas são:

Partes relacionadas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A receber - ativo não circulante	60.945	60.502	203.082	121.223
A pagar - passivo não circulante	44.329	56.348	44.304	66.949

Consolidado	2024		2023	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Cimento Portland Participações S.A.	-	-	-	-
Aquiles Global Corp.	-	43.216	-	43.216
Somah Investimentos S.A.	410	-	1.131	-
Queiroz Galvão Tecnológica em Defesa e Seg.	-	-	-	13.132
Guarany Sederurgia e Mineração S.A.	8.585	-	7.448	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	11.635	-	11.635	-
CQG Construções Offshore	3.221	-	3.173	-
Estaleiro Atlântico Sul	35.949	-	35.949	-
Outros	1.145	1.113	1.166	-
Total	60.945	44.329	60.502	56.348

a) Controladora

Controladora	2024		2023	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Timbaúba S/A	86.532	-	23.030	-
Aquiles Global Corp (I)	-	43.216	-	43.216
Somah Investimentos S.A.	410	-	1.131	-
Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A.	148	-	148	-
Cimento Portland Participações S.A.	323	-	323	-
CIA Siderurgica Vale do Pindaré	22.215	-	-	127
Energia Verde Produção Rural Ltda.	-	-	-	22.516
Cosima Siderurgica do Maranhão	35.362	-	39.057	-
Estaleiro Atlântico Sul	35.949	-	35.949	-
REP S.A.	11.635	-	11.635	-
CQG Construções Offshore	3.221	-	3.173	-
Outros	7.287	1.088	6.777	1.090
Total	203.082	44.304	121.223	66.949

As operações com partes relacionadas não possuem prazo de vencimento e não sofrem incidência de encargos ou qualquer taxa de remuneração.

13. Investimentos: a) Composição do investimento:

Controladora	Participação	2023		2024	
		Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Empresas Controladas					
Timbaúba S/A	100,00%	375.740	(5.171)	352.337	(28.556)
Potiporã Alimentos Ltda.	100,00%	1	-	1	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	100,00%	193.693	15.898	257.553	63.861
Concessionária Rio Barra S/A	33,34%	-	-	-	-
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	100,00%	914	(2.357)	1.888	974
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (II)	98,00%	90.813	(20.722)	63.309	(25.959)
Energia Verde Produção Rural Ltda. (IV)	100,00%	8.369	913	-	246
Potiporã Energia S/A (II)	100,00%	1.013	-	-	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A (I)	90,20%	1	-	1	-
RBF Geração Energia S/A	100,00%	1	-	1	-
Somah Participações Empresariais S/A	100,00%	165	(167)	165	-
Locav Locadora Ltda. (III)	100,00%	74.404	51.826	-	17.405
Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A	100,00%	-	-	-	-
Headlight Vital Energia	100,00%	158	(110)	158	-
Empreendimento controlado em conjunto					
Cimento Portland Participações S.A.	50,00%	1.982	(205)	1.880	(102)
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.	50,00%	66.728	16.141	70.165	17.932
Coligadas					
Concessionária Move São Paulo S.A. (II)	39,79%	5.144	(533)	-	-
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (I) (II)	24,08%	-	3.056	-	(915)
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	21,35%	8.053	(11.211)	6.480	(1.573)
(a) Total dos Investimentos		827.178	47.358	753.937	43.313

b) Movimentação do investimento:

Investidas Controladas	2023	Outras variações	Resultado Abrangente/Dividendos	Equivalência Patrimonial	2024
Potiporã Alimentos Ltda.	1	-	-	-	1
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	193.693	-	-	63.861	257.553
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	914	-	-	974	1.888
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (II)	90.813	(1.545)	-	(25.959)	63.309
Energia Verde Produção Rural Ltda. (IV)	8.369	(8.615)	-	246	-
Potiporã Energia S/A (II)	1.013	(1.013)	-	-	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A (I)	-	-	-	-	-
RBF Geração Energia S/A	1	-	-	-	1
Somah Participações Empresariais S/A	165	-	-	-	165
Locav Locadora Ltda. (III)	74.404	(25.959)	(65.850)	17.405	-
Headlight Vital Energia	158	(1)	-	-	157
Empreendimento controlado em conjunto					
Cimento Portland Participações S.A.	1.982	-	-	(102)	1.880
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.	66.728	(14.495)	-	17.932	70.165
Coligadas					
Concessionária Move São Paulo S.A. (II)	5.144	(5.146)	-	-	-
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (I) (II)	-	6.725	-	(915)	-
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	8.053	-	-	(1.573)	6.480
(a) Investimento Líquido	827.178	(41.432)	(69.314)	43.313	753.937

(I) iapar - Rodovia do Paraná S.A. e Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S.A., Patrimônio líquido das investidas está negativo, com isso o saldo está apresentado no passivo não circulante.

e) Movimentação intangível - Consolidado para 2024 podem ser assim demonstrados:

Intangível	2023	2023		2024		2023	2024	
		Taxas	Saldo inicial	Aquisição	Saldo final		Taxas	Saldo inicial
Conta								
Direito de concessão de serviços públicos	1% e 69%	224.859	63.359	(4.850)	283.368	-	(14.697)	268.671
Pesquisa e Desenvolvimento		631	-	-	631	-	-	631
Total		225.490	63.359	(4.850)	283.999	(14.697)	(14.697)	269.302

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização no ano de 2024 foi de 0,18%.

Contrato de concessão - infraestrutura: O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2023	2024
(+) Adições	20.371	213.867
(-) Baixas	(41)	-
(-) Amortizações	(8.707)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	225.490	225.490
(+) Adições (I)	63.359	-
(-) Baixas	(4.850)	-
(-) Amortizações	(14.697)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	269.302	269.302

(I) As adições de 2024 referem-se as obras dos SAU 3 e 4 (Sistemas de Atendimento ao Usuário), WIFI (Equipamentos).

15. Fornecedores

Fornecedores nacionais (Atria)	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais (Atria)	13	8	13	8
Fornecedores nacionais (QGE)	-	-	-	-
Fornecedores nacionais (Locav)	-	120	-	-
Fornecedores nacionais (Pindaré)	1.001	977	-	-
Fornecedores nacionais (Tamoios)	10.364	15.133	-	-
Fornecedores nacionais (Timbaúba)	24.646	24.104	-	-
Total	36.024	40.342	13	8

16. Empréstimos e financiamentos: a) Financiamentos - Consolidado

Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	2024		2023	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB	TR + 0,5%	-	243.128	22.120	210.496
Confissão dívida	TR + 0,5%	-	332.458	30.247	287.837
Banco CNH Industrial/CCB	13,01%	6.571	5.210	1.168	3.795
Banco do Brasil/ACC	Câmbio + 4,75%	-	-	39.390	-
Debêntures	7,81% + IPCA	20.580	86.933	5.371	101.507
Total		27.151	667.729	98.296	603.635

b) Financiamento por vencimento

Curto Prazo	Timbaúba		Tamoios		Atria		Total
	2025	2026	2025	2026	2025	2026	
2025	6.571	-	20.580	-	-	-	27.151
2026	-	1.582	-	18.269	-	-	19.851
2027	-	1.582	-	17.536	-	121.297	140.415
2028	-	1.582	-	14.618	-	121.297	137.497
Após 2028	-	464	-	36.510	-	332.992	369.966
Total	6.571	5.210	86.933	575.586	19.851	667.729	667.729

c) Financiamentos - Controladora

Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	2024		2023	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB	TR + 0,5%	-	243.128	22.120	210.496
Confissão dívida	TR + 0,5%	-	332.458	30.247	287.837
Total		-	575.586	52.367	498.333

d) Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento: As tabelas a seguir detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificadas na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

Controladora	Participação	2023		2024	
		Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Investidas					
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A	90,20%	(1.442)	-	(1.442)	-
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (II)	24,08%	(6.292)	3.056	-	(915)
Total		(7.734)	3.056	(1.442)	(915)

Movimentação

Investidas	2023	Baixas	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	2024
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (II)	(6.292)	7.207	-	(915)	-
Total	(7.734)	7.207	-	(915)	(1.442)

(II) Em julho de 2024, o equivalente a 2,00% da participação da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, 100,00% da participação da Potiporã Energia, 39,79% da participação da Concessionária Move São Paulo e 24,08% da participação da Viapar - Rodovia do Paraná foi alienada para QGSEE Comércio e Construção S.A. (III) Em maio de 2024 100% da participação da Locav Locadora Ltda., foi alienada para a Casa Fortis Investimentos e Participações S.A. (IV) Em julho de 2024 a Energia Verde Produção Rural Ltda., foi incorporada a Timbaúba S.A. d) Composição dos investimentos - Consolidado: Em 31 de dezembro de 2024, os saldos na conta de investimento das demonstrações contábeis consolidadas, conforme orientação do CPC 19, está composto pelo investimento nas seguintes coligadas em que a administração é compartilhada:

Controladora	% Participação	Equivalência Patrimonial - 2023		2024	
		2023	Baixas	2023	Baixas
Cimento Portland Participações S.A.	50,00	(205)	1.983	-	1.880
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.	50,00	16.141	66.728	(14.495)	70.165
Concessionária Move São Paulo S.A.	39,79	(533)	5.143	(5.143)	-
Viapar - Rodovias do Paraná S/A	24,08	3.056	-	-	-
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	21,35	(11.211)	8.053	-	6.480
Locav Locadora Ltda.	100,00	-	-	(17.405)	-
Energia Verde Produção Rural Ltda.	100,00	-	-	(246)	-
Getesb Gestão, Estudos e Tecnologia	24,17	(10)	-	-	-
Gms Gestão e Manut. de Saneam. Básico Ltda.	21,95	(109)	18	(20)	-
Total		7.129	81.925	(37.309)	78.525

Consolidado

Viapar - Rodovia do Paraná S/A	% Participação	Equivalência Patrimonial - 2023		2023		2024	
		2023	Baixas	2023	Baixas	2024	Baixas
	24,08	3.056	-	(6.292)	-	7.207	-

14. Imobilizado e intangível: a) Composição do imobilizado - Consolidado

Conta	Taxas anuais de depreciação	2023		2024	
		Saldo inicial	Aquisição	Baixa	Saldo final
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	0,33% e 16,67%	139.499	3.665	(18.504)	124.660
Construções Cívicas	2,08% e 16,67%	42.681	-	-	42.681
Cultura Permanente e Florestas	0,42% e 16,67%	224.639	33.248	(681)	257.206
Instalações	2,08% e 16,67%	8	-	(8)	-
Veículos	5,56%				

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. O prazo estimado para liquidação das provisões para demandas judiciais foi baseado na melhor estimativa da administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023		
Trabalhistas	9.925	9.769	9.925	9.769	
Cíveis	2.477	6.712	2.477	6.712	
Total	12.402	16.481	12.402	16.481	
	31/12/2023	Reversões	Baixas	Adições	31/12/2024
Trabalhistas	9.769	-	-	156	9.925
Cível	6.712	(4.235)	-	-	2.477
Total	16.481	(4.235)	-	156	12.402
	31/12/2022	Reversões	Baixas	Adições	31/12/2023
Trabalhistas	9.769	-	-	-	9.769
Cível	3.316	388	(194)	3.396	6.712
Total	13.085	388	(194)	3.396	16.481

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais a administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cíveis, tributários e trabalhistas e em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme composição a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
Trabalhistas	406	1.312	406	1.312
Cível	23.215	42.065	23.215	42.065
Ambientais	42.024	-	42.024	-
Fiscal	51.000	2.606	51.000	2.606
Total	116.645	45.983	116.645	45.983

21. Impostos diferidos

	31/12/2024		31/12/2023	
IRPJ e CSLL diferido - Tamoios (i)	31.269	53.129	31.269	53.129
PIS e COFINS diferido - Tamoios (ii)	240.679	204.326	240.679	204.326
Total	271.948	257.455	271.948	257.455

(i) a tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 52.891 (R\$ 63.405 em 31 de dezembro de 2023). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (ii), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei nº 11.079/04 – artigo 6 – § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3); (ii) o PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei nº 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS). Em março com a entrega da obra da ampliação principal começou o recolhimento dos impostos.

22. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.206.172, dividido em 1.913.667.495 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme AGE do dia 14/12/2023, aprovado aumento de capital de R\$ 545.150, mediante a emissão de 472.772.530 (quatrocentas e setenta e duas milhões, setecentas e setenta e duas mil, quinhentas e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Companhia tem como sua única acionista a Somah Investimentos e Participações S.A. b) **Dividendos:** De acordo com os estatutos, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº. 6.404/76. d) **Ajuste de Avaliação patrimonial:** Refere-se basicamente a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído ("deemed cost") efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37, de suas investidas Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda., Energia Verde e Produção Rural Ltda., Timbaúba S.A. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes.

23. Receita operacional líquida: a) Receita bruta

	31/12/2024		31/12/2023	
Locação	-	69.097	-	69.097
Rodovias	1.440.159	1.534.210	1.440.159	1.534.210
Agroindústria	329.212	258.782	329.212	258.782
Total	1.769.371	1.862.089	1.769.371	1.862.089
	(150.626)	(121.389)	(150.626)	(121.389)
Total	1.618.745	1.740.700	1.618.745	1.740.700

24. Custos e despesas administrativas

	31/12/2024		31/12/2023	
Locação	-	(7.506)	-	(7.506)
Rodovias	(1.236.080)	(1.350.969)	(1.236.080)	(1.350.969)
Agroindústria	(198.036)	(164.413)	(198.036)	(164.413)
Total	(1.434.116)	(1.522.888)	(1.434.116)	(1.522.888)

b) Despesas administrativas

	31/12/2024		31/12/2023	
Despesas c/ Pessoal	(55.576)	(42.924)	(55.576)	(42.924)
Despesas c/ Serviços Prestados	(74.353)	(61.003)	(74.353)	(61.003)
Despesas gerais (i)	(26.377)	(13.440)	(26.377)	(13.440)
Despesas indedutíveis	(245)	(32)	(245)	(32)
Aluguéis	-	(1)	-	(1)
Despesas Comerciais	(22.675)	(6.599)	(22.675)	(6.599)
Total	(179.226)	(123.999)	(179.226)	(123.999)

(i) As despesas gerais basicamente se referem a utilidades, seguros e custos com equipamentos.

25. Outros resultados operacionais

	31/12/2024		31/12/2023	
Baixas contas a receber (i)	-	(22.746)	-	(22.746)
Resultado Líquido Baixa Investimento (ii)	45.495	-	45.495	-
Baixa Partes relacionadas (iii)	(42.484)	(25.246)	(42.484)	(25.246)
Outros Créditos	(3.792)	1.792	(3.792)	1.792
Total	(781)	(46.200)	(781)	(46.200)

(i) Baixas de títulos de clientes da controlada Timbaúba S.A. referente ao mercado externo; (ii) Resultado líquido na baixa de investimento – Resultado na alienação de investimentos realizado em 2024; e (iii) Baixa com partes relacionadas com a empresa Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Atria Investimentos e Participações S.A.** Rio de Janeiro – RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Atria Investimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atria Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório de auditoria, emitido em 30 de abril de 2024, contém ressalva quanto a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, assunto endereçado pela administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma vez que esta realizou a baixa por falta de

perspectiva de recuperabilidade. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2025



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-025.583/F-2

Octavio Zampirolo Neto
 Contador CRC 1SP-
 289.095/O-3

26. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento aplicação financeira	34.549	47.166	65	521
Outras receitas financeiras	102	2.829	-	-
Descontos obtidos	334	225	-	-
Variações Cambiais Ativas (i)	-	20.282	-	-
Variações monetárias (ii)	411	1.369	-	-
Total	35.396	71.871	65	521
Despesas financeiras				
Variações Cambiais Passiva (i)	(2.033)	(10.304)	-	-
Juros sobre financiamento	(45.396)	(131.626)	(24.886)	(109.556)
Juros sobre tributos	-	-	-	-
Despesas bancárias	(2.933)	(515)	-	-
Outras despesas financeiras	(14.577)	(8.248)	(39)	(1)
Total	(64.939)	(150.693)	(24.925)	(109.557)
Resultado financeiro líquido	(29.543)	(78.822)	(24.860)	(109.036)

(i) Trata-se variação cambial de dívidas em moedas estrangeira da investida Timbaúba; e (ii) Trata-se de atualização das fazendas arrendadas (Pindaré e Cosima) conforme IPCA e atualização SELIC referente a restituição com a RFB (Pindaré e Energia Verde).

27. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: A Empresa mantém imposto de renda e contribuição social diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias entre saldos contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais, conforme a seguir: a) **Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL alíquotas nominais (34%)	(18.621)	(44.417)	21.106	(88.305)
Total das adições	60.108	50.371	60.108	50.371
Total das exclusões	(103.421)	(97.729)	(103.421)	(97.729)
Total	(61.934)	(91.775)	(22.207)	(135.663)
Base de cálculo	(61.934)	(91.775)	-	-
Contribuição social - corrente	17.013	11.904	-	-
Imposto de renda - corrente	27.152	31.983	-	-
Total IRPJ e CSLL corrente	44.165	43.887	-	-
Alíquota efetiva	237%	99%	-	-

b) Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social diferido - passivo

	Consolidado	
	2024	2023
Contribuição Social	31.269	53.129
Impostos de Renda	240.679	204.326
Total	271.948	257.455

28. Transações que não afetam caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa realizou movimentações no valor de R\$ 2.677, transações que não impactaram caixa.

29. Gestão de riscos financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia e de suas controladas. As atividades da Companhia e de suas controladas expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. **d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

30. Seguros: A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão. Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia, fiança	Dezembro/2025	31.705
Seguro responsabilidade civil	Maio/2026	30.000
Seguro automação contornos	Dezembro/2025	500.000
Seguro risco engenharia automação contornos	Novembro/2025	4.523
Seguro risco engenharia passivo do planalto	Julho/2025	1.912
Seguro risco engenharia passivo do planalto fase 2	Maio/2026	289.001
Seguro responsabilidade civil passivo do planalto	Agosto/2025	276
Seguro responsabilidade civil	Abril/2025	30.000
Seguro responsabilidade operacional	Abril/2025	100.000
Seguro frota porto seguro	Abril/2025	1.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

31. Eventos subsequentes: Em novembro de 2024, a ICAL Participações S.A. e a Atria Investimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN)), proprietárias da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., celebraram um Contrato de Compra e Venda com a Polimix Concreto Ltda., cujo objeto é a alienação de 100% das ações da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. de propriedade das primeiras. A conclusão da operação ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, após o cumprimento de condições precedentes ordinárias para transações dessa natureza, abrangendo, entre outros, a anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Márcio José Pacheco de Mesquita
 Diretor-Presidente
 CPF: 002.284.664-66

Ubiratan Piragibe Peixoto de Lira Filho
 Contador
 CPF: 041.948.234-27 – CRC: PE-024274/O

Diário do
Acionista

Tels.: (21)

99122-4278

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

publicidade@diariodoacionista.com.br

Business Intelligence revoluciona tomada de decisão nas empresas, aponta especialista

POR BÁRBARA SOUZA

Em um mercado cada vez mais competitivo, a agilidade e a precisão na análise de dados são diferenciais estratégicos. Segundo Leonardo Fuerth, especialista de gestão empresarial e gestão de RH, o Business Intelligence (BI) tem se tornado uma ferramenta indispensável para empresas que buscam otimizar processos e tomar decisões baseadas em evidências.

"O uso de Business Intelligence tem transformado o processo decisório nas empresas ao proporcionar acesso rápido, estruturado e confiável a informações estratégicas para os seus negócios", afirma o entrevistado. "Em vez de depender daqueles relatórios manuais e demorados, os gestores agora contam com dados integrados e atualizados em tempo real, apresentados por meio de dashboards e relatórios dinâmicos, o que elimina atrasos e inconsistências comuns em processos tradicionais", explica o especialista.

De acordo com um relatório da Gartner, o mercado global de BI e analytics movimentou US\$ 27,4 bilhões em 2023, com crescimento anual estimado em 10%. A consultoria ainda aponta que mais de 50% das empresas já utilizam ferramentas de BI para orientar decisões estratégicas.

Dados e indicadores mais utilizados

O especialista Leonardo Fuerth destaca que as empresas estão utilizando uma variedade de dados para embasar suas decisões: "As empresas utilizam, em suas plataformas de BI, dados internos e externos, estruturados e não estruturados, in-

cluindo informações provenientes de big data, que são especialmente valiosas para análises que exigem dados de determinada população, segmento ou região".

Entre os indicadores mais monitorados estão:

- Financeiros: receita, lucratividade, fluxo de caixa.
- Comerciais: vendas, taxa de conversão, NPS (Net Promoter Score).
- Operacionais: produtividade, eficiência, tempo de processos.
- Recursos Humanos: turnover, absenteísmo, custo por colaborador.
- ESG: consumo de energia, emissões, diversidade e compliance.

Segundo a Forrester, 76% das empresas que adotam BI conseguem melhorar a eficiência operacional em pelo menos 20%, enquanto 68% relatam maior precisão na previsão de demandas.

BI, IA e Machine Learning: uma combinação poderosa

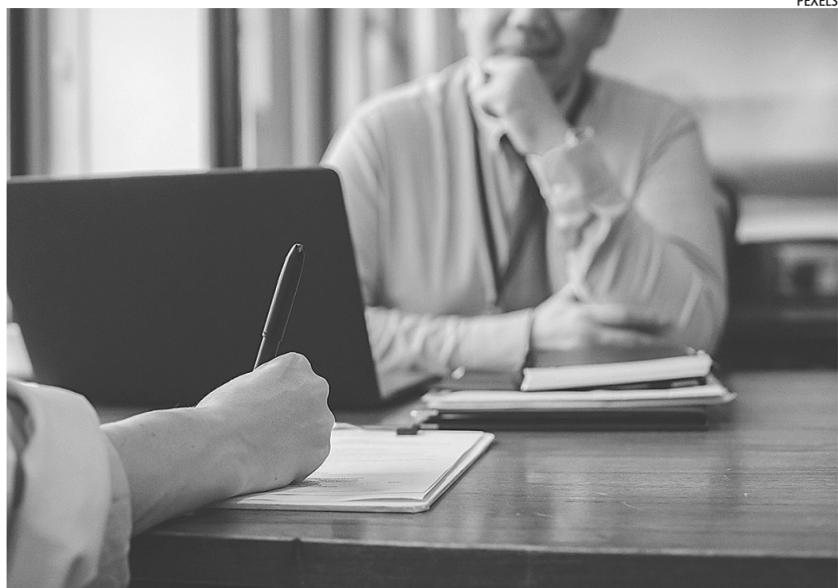
A integração do BI com tecnologias como inteligência artificial (IA) e machine learning (ML) está levando a análise de dados a outro patamar. "Essa combinação viabiliza previsões de demanda, identificação de clientes propensos ao cancelamento, ajustes dinâmicos de preços, gestão proativa de estoques e detecção automatizada de fraudes", explica Leonardo.

Um estudo da McKinsey revela que empresas que combinam BI com IA têm 3 vezes mais chances de antecipar tendências de mercado com precisão. Além disso, 42% das organizações já usam machine learning para otimizar processos de vendas e marketing.

"Importante destacar que as organizações têm sabido aproveitar os benefícios dessas tecnologias sem substituir as competências humanas, mas sim potencializando-as, preservando o julgamento crítico, a criatividade e a capacidade estratégica dos gestores", conclui o especialista.

Com a evolução contínua dessas ferramentas, o BI se consolida não apenas como um suporte à decisão, mas como um pilar estratégico para empresas que desejam se manter à frente em um cenário de transformação digital acelerada.

ESPECIALIZADA À SAÚDE



PEXELS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.033/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.033/2025 no dia 12/06/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (POLIESTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL OU RETAL, ENVELOPE 27G, PREDNISONA, FOSFATO SÓDICO 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 60 ML, PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO e etc.) Processo nº. 33409.002405/2025-13. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

RNBL I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80 – NIRE 33.300.345.698

Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Senhores Acionistas da RNBL I Energética S.A. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, em primeira convocação, às 09h30, segunda convocação às 09:35 e terceira, e última, convocação às 09:40, do dia 09 de junho de 2025, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: (i) distribuição de dividendos apurados pela Companhia; (ii) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; (iii) consignar a renúncia do Sr. Flavio Martins Ribeiro ao respectivo cargo de diretoria; (iv) consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor. (30, 31/05 e 03/06/2025)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.028/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.028/2025 no dia 12/06/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares (Aglulhas e Seringas) (AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, 0,45 X 13 MM, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA SEGUNDO NR 32 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL e etc.). Processo nº. 33409.001510/2024-46. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

HOTEL ROSA DA VILA LTDA

NIRE 33.2.0083577-4 - CNPJ nº 28.033.553/0001-60

EDITAL DE CONVOCÇÃO. A empresa HOTEL ROSA DA VILA LTDA, por seus Administradores abaixo assinados, convoca todos os sócios, inclusive o Espólio de Ernani de Carvalhos, seus herdeiros e sucessores, para Reunião de Quotistas, a realizar-se no dia 06/06/2025, às 9:00 horas, em primeira convocação, na sede da sociedade na Avenida Marechal Rondon, nº 2.221, Sampaio, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20950-071, para tratar da seguinte Ordem do dia: I – Alteração da cláusula Décima Terceira do Contrato Social, adequando-a ao Código Civil; II – Dar nova redação a cláusula sétima do Contrato Social; Rio de Janeiro, 26/05/2025. FRANCISCO DO NASCIMENTO PITA – Administrador, JOSÉ AUGUSTO CARDOSO DIOGO - Administrador.

Dalet Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 29.269.738/0001-30 - NIRE 33210466291

Extrato do Instrumento Particular de Distrito Social

Pelo presente instrumento: **Dalet S.A.**, CNPJ/MF nº 28.586.997/0001-22, neste ato representada por sua bastante procuradora, Sra. Tama Tanzilli, brasileira, advogada ("Sócia"). A Sócia, detentora de 100% do capital social da **Dalet Brasil Ltda.**, CNPJ/MF nº 29.269.738/0001-30 ("Sociedade"); Tem por si, justo e contratado, celebrar o presente Instrumento Particular de Distrito Social ("Distrito Social"), mediante as seguintes cláusulas e condições: **Considerando** que: (i) A Sociedade iniciou suas atividades em 21/11/2017, e (ii) A Sócia não tem mais interesse na manutenção da Sociedade e no desenvolvimento das atividades sociais. A Sócia resolve destinar a Sociedade, de acordo com as condições estabelecidas abaixo: **1. Ativos e passivos: aprovação final das contas:** 1.1. Conforme balanço patrimonial levantado em 31/03/2025, verifica-se que a Sociedade não possui quaisquer ativos ou passivos a serem liquidados. 1.2. A Sócia ficará responsável pela quitação de qualquer obrigação social porventura apurada a partir dessa data. 1.3. Assim, resolve a Sócia aprovar, sem ressalvas ou emendas, as contas da administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Sociedade, em respeito ao disposto no artigo 1.071, inciso I e artigo 1.108 do Código Civil. **2. Dissolução:** 2.1. Diante da verificação de que a Sociedade não possui ativo a ser distribuído, nem passivo a ser liquidado, decide a Sócia dissolver a Sociedade. 2.1. A Sócia e a Sociedade, neste ato, dão-se, mútua e reciprocamente, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais e em qualquer tempo reclamar uma da outra com referência às suas participações na Sociedade, ora dissolvida e liquidada. 2.2. Em decorrência da dissolução referida nesta cláusula, são declaradas extintas as quotas sociais em que se divide o capital da Sociedade. 2.3. A Sociedade, a Sócia e o administrador, o Sr. **Philippe Marc Richardot**, francês, consultor, outorgam-se, reciprocamente, a mais ampla geral e irrestrita quitação, pelo período em que o Sr. Philippe Marc Richardot exerceu o cargo de administrador da Sociedade. **3. Nomeação do liquidante e liquidação:** 3.1. Ato contínuo, é nomeada como liquidante **Philippe Marc Richardot**, que assume o encargo de representar a Sociedade dissolvida em todos os atos jurídicos em que eventualmente seja necessária sua participação ou interferência, bem como para tomar todas as providências necessárias à completa e final extinção da Sociedade. 3.2. Como não há ativos a serem distribuídos e nem passivos a serem liquidados, a Sociedade é, concomitantemente com sua dissolução, liquidada. **4. Disposições finais:** 4.1. As atividades da Sociedade encerram-se efetivamente para todos os efeitos nesta presente data, e, conseqüentemente, tida por extinta, independentemente de qualquer outro ato, com a baixa e cancelamento dos seus registros e publicação do presente instrumento. 4.2. O presente Distrito Social obriga herdeiros e sucessores. 4.3. É eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de RJ/RJ, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Distrito Social. Rio de Janeiro/RJ, 09/04/2025. JUCERJA nº 00006937733, 25/04/2025; Protocolo: 2025/00458703-6, 23/04/2025. Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a realizar-se no dia 9 de junho de 2025, às 10h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, Rio de Janeiro/RJ, na Rua Bambina, nº 98, Parte, Botafogo, CEP 22.251-050, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração global anual dos atuais Administradores da Companhia. Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2025. ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. Presidente: Rogério Reis de Castro.

CE SHOPPING S.A.

CNPJ/MF nº 16.699.926/0001-57 - NIRE 33.3.0030408-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025. LOCAL, DIA E HORA: No dia 30 de abril de 2025, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 7.777, subsolo 01, CEP 22793-081, Barra da Tijuca. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Presente a totalidade dos acionistas listados nos Anexos I e II, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; e, Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) redução de capital da Companhia, com cancelamento da forma de restituição ao acionista dos valores relativos às ações canceladas, tendo em vista o seu valor excessivo; (ii) alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir a redução de capital; (iii) autorização para que a Diretoria proceda com a publicação desta ata e realize todos os atos necessários para a efetivação da redução de capital mencionada no item (i) acima, se aprovada; e (iv) aprovar a celebração do instrumento particular de promessa de compra e venda, datado de 30.04.2025, por meio do qual foi prometida a venda a fração de 7,7% (sete vírgula sete por cento) do imóvel denominado North Shopping Fortaleza, situado à Avenida Bezerra de Menezes, São Gerardo, nº 2380, descrito e caracterizado na matrícula nº 93.895 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, Ceará ("Imóvel"). **DELIBERAÇÕES:** A seguir, por unanimidade de votos, os acionistas deliberaram e aprovaram: (i) A redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo ao seu objeto social – em consonância com o disposto nos artigos 173 e 174 da Lei das S.A. –, de R\$ 230.124.930,13 (duzentos e trinta milhões, cento e vinte e quatro mil, novecentos e trinta reais e treze centavos) para R\$ 8.486.134,41 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos), sendo a referida redução no valor total de R\$ 221.638.795,72 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos), realizada mediante o cancelamento de um total de 338.853.983 ações ordinárias e 74.692.111 ações preferenciais da Companhia, de modo que será restituído ao único acionista, FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII ANCAR IC, percentual correspondente a 36,6% (trinta e seis vírgula seis por cento) do Imóvel, conforme certidão integrante do Anexo III a esta ata, com todos os direitos e obrigações relacionados à referida fração do Imóvel, correspondentes, na presente data, aos seguintes valores: (i) valor contábil do Imóvel: R\$ 242.024.164,55 (duzentos e quarenta e dois milhões, vinte e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos); e (ii) direitos e obrigações [valor líquido negativo – a ser deduzido do item "I": R\$ 20.385.368,83 (vinte milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos). (ii) Em virtude da deliberação referida no item "I" acima, aprovar a alteração do *capit* do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º–O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.486.134,41 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos), dividido em 8.536.970 (oito milhões, quinhentos e trinta e seis mil e novecentas e setenta) ações ordinárias e 1.881.767 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil e setecentas e sessenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal." (iii) Determinar que a Diretoria da Companhia proceda à publicação desta ata, sendo certo que a redução de capital ora aprovada se tomará efetiva 60 (sessenta) dias após a referida publicação, nos termos do art. 174 da Lei das S.A., sem que tenha havido oposição de credores ou, se tiver havido oposição de algum credor, desde que feita a prova do pagamento do seu crédito ou do depósito judicial da importância respectiva; e, ainda, uma vez decorrido referido prazo, a Diretoria tome todas as providências necessárias para efetivar a redução de capital e a transferência para o único acionista do percentual do Imóvel referido no item (i) acima, podendo, inclusive, assinar todo e qualquer instrumento necessário para este fim. Eventuais variações, ativas e passivas, ocorrida neste período de 60 (sessenta) dias no valor contábil na fração do Imóvel a ser transferida ao único acionista será compensada com o caixa da Companhia. (iv) A celebração do instrumento particular de promessa de compra e venda de 7,7% (sete vírgula sete por cento) do Imóvel. **ENCERRAMENTO:** Às 11:00 horas, o Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** **Membros da Mesa:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **Acionista:** FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII ANCAR IC. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025. Marcos Baptista Carvalho - Presidente da Mesa; Marcelo Baptista Carvalho - Secretário da Mesa.

CE SHOPPING S.A.

CNPJ/MF nº 16.699.926/0001-57 - NIRE 33.3.0030408-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 30 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida das Américas, nº 7.777, subsolo 01, parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.793-081, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Presente a totalidade dos acionistas listados no Anexo I, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; e Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a reafirmação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1º de maio de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro–JUCERJA, em 02 de janeiro de 2025, sob o nº 00006621979 ("Ata AGE 1º/05/2024") que, por sua vez, reafirmava a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 29 de fevereiro de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro–JUCERJA, em 17 de maio de 2024, sob o nº 00006241045 ("Ata AGE 29/02/2024"); e (ii) a transferência, na presente data, de 4,7% (quatro vírgula sete por cento) do imóvel denominado North Shopping Fortaleza, situado à Avenida Bezerra de Menezes, Bairro São Gerardo, nº 2380, descrito e caracterizado na matrícula nº 93.895 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, estado do Ceará ("Imóvel"), conforme certidão integrante do Anexo II, em pagamento ao valor remanescente da redução de capital aprovada na Ata AGE 29/02/2024. **DELIBERAÇÕES:** A seguir, o único acionista, sem ressalvas, deliberou e aprovou: (i) A reafirmação da Ata AGE 1º/05/2024 para fazer constar na Ata AGE 29/02/2024 que, em contraprestação à redução do capital da Companhia, o acionista, FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII ANCAR IC, não mais receberá o valor correspondente em crédito ou moeda, mas sim de forma diversa. Dessa forma, onde consta na Ata AGE 01/05/2024: "(i) A redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo ao seu objeto social – em consonância com o disposto nos artigos 173 e 174 da Lei das S.A. –, de R\$ 441.032.771,70 (quatrocentos e quarenta e um milhões, trinta e dois mil, setecentos e setenta e um reais e setenta centavos) para R\$ 104.798.730,77 (cento e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta reais e setenta e sete centavos), sendo a referida redução, no valor total de R\$ 336.234.040,93 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e quarenta reais e noventa e três centavos), sem o cancelamento de ações, de modo que será restituído ao único acionista FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII ANCAR IC, o montante de R\$ 336.234.040,93 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e quarenta reais e noventa e três centavos) em créditos ou moeda corrente, conforme disponibilidade da Companhia."; passa a ser lido como: "(i) A redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo ao seu objeto social – em consonância com o disposto nos artigos 173 e 174 da Lei das S.A. –, de R\$ 441.032.771,70 (quatrocentos e quarenta e um milhões, trinta e dois mil, setecentos e setenta e um reais e setenta centavos) para R\$ 104.798.730,77 (cento e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta reais e setenta e sete centavos), sendo a referida redução, no valor total de R\$ 336.234.040,93 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e quarenta reais e noventa e três centavos), sem o cancelamento de ações, de modo que será restituído ao único acionista, FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII ANCAR IC, o montante de R\$ 336.234.040,93 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e quarenta reais e noventa e três centavos), sem o cancelamento de ações, de modo que será restituído ao único acionista, FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII ANCAR IC, o montante de R\$ 336.234.040,93 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil e quarenta reais e noventa e três centavos); (ii) Na presente data, em pagamento ao valor remanescente da redução de capital aprovada na Ata AGE 29/02/2024, correspondente a R\$ 31.418.421,12 (trinta e um milhões, quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e um reais e doze centavos), a transferência de 4,7% (quatro vírgula sete por cento) do Imóvel, com todos os direitos e obrigações relacionados à referida fração do Imóvel, cujos valores, nesta data, são: (i) valor contábil de R\$ 31.079.605,83 (trinta e um milhões, setenta e nove mil, seiscentos e cinco reais e oitenta e três centavos); (ii) a título de recebíveis, o valor de R\$ 254.529,20 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos); e (iii) a título de caixa, o valor de R\$ 84.286,09 (oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e seis mil e nove centavos). **ENCERRAMENTO:** Às 10:30 horas, o Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** **Membros da Mesa:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **Acionista:** Fundo de Investimento Imobiliário-FII Ancar IC. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025. Marcos Baptista Carvalho - Presidente da Mesa, Marcelo Baptista Carvalho - Secretário da Mesa.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**LINHA VERMELHA**

Passageiro fere a mão após ultrapassar faixa amarela de plataforma

POR GIOVANNA CASTRO/AE

Um passageiro sofreu um ferimento na mão após ultrapassar os limites da plataforma da Linha 3-Vermelha do Metrô na estação da Sé, de acordo com a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Ele foi atendido por agentes metroviários no local e encaminhado a um pronto-socorro.

O caso aconteceu na quarta-feira passada, e o passageiro não foi identificado, por isso o Estadão não conseguiu contato para saber o seu estado de saúde. O pronto-socorro ao qual ele foi encaminhado também não foi divulgado.

O Metrô diz que "a região (do acidente) foi isolada e liberada após os devidos atendimentos e higienização do espaço". "O Metrô lamenta o

ocorrido e reforça a importância de respeitar os limites da plataforma, representado pela faixa amarela".

Nas redes sociais, um usuário relatou o ocorrido:

"A pessoa estava do meu lado. O metrô estava saindo e quando o último vagão passou, provavelmente o moço esticou a mão, bateu e fez um barulho de osso quebrando. A mão dele ficou bem f*. Esse sangue foi dele."

No começo desse mês, um passageiro da Linha 5-Lilás, operada pela ViaMobilidade, morreu ao ficar preso entre as portas automáticas da plataforma da estação Campo Limpo e o trem. Segundo a empresa, ele também não respeitou os limites da plataforma após a emissão do aviso sonoro de fechamento das portas.

MURALHA PAULISTA

Mais de 500 cidades aderem a programa

Com o avanço da integração entre Estado e municípios, mais de 500 prefeituras paulistas já iniciaram o processo de adesão ao Muralha Paulista, programa de segurança que usa tecnologia para monitoramento e combate à criminalidade em tempo real. A ferramenta, criada pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), já opera em quatro cidades — entre elas São Paulo, Praia Grande, São Carlos e Indaiatuba — e deve chegar a outras localidades nos próximos meses.

A política pública integra câmeras de monitoramento dos municípios ao sistema estadual, permitindo a identificação automática de foragidos da Justiça, pessoas desaparecidas e veículos roubados ou furtados. Praia Grande e São Carlos já contam com cobertura de 100% do território.

"Esse é um grande avanço em segurança pública com uso de tecnologia. O sistema gera alertas em tempo real e tem sido fundamental para o controle da mobilidade criminal, fortalecendo a atuação das nossas forças policiais", afirma o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

O processo de integração passa por etapas de análise jurídica e compatibilidade tecnológica. A meta é cadastrar todos os municípios interessa-

dos até o fim de 2025. A solicitação de adesão pode ser feita via formulário no site do Muralha Paulista.

Além da integração de imagens, o Muralha Paulista disponibiliza aplicativo exclusivo para agentes das polícias Civil, Militar e Guardas Municipais, permitindo consultas imediatas: o app revela se um suspeito está foragido, cadastrado em plataformas de entrega, verificação o IMEI de celulares, o registro de armas e mais.

A tecnologia do programa faz cruzamento de dados com o Banco Nacional de Mandados de Prisão e usa reconhecimento facial para identificar suspeitos. Em caso de correspondência, um alerta é enviado ao centro de operações responsável.

"É a primeira vez que o Estado conecta os municípios em um sistema unificado de segurança pública, funcionando como um grande concentrador de dados", destaca Rafael Ramos, subsecretário de projetos da SSP.

A governança e a proteção de dados são garantidas por decreto. O programa opera com acesso restrito, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e é acompanhado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

NARCOTRÁFICO

Polícia de SP apreende 1,7 tonelada de maconha

Policiais civis do Departamento Estadual de Repressão e Prevenção ao Narcotráfico (Denarc) interceptaram um caminhão com mais de 1,7 tonelada de maconha na quarta-feira passada. A droga estava escondida em meio a uma carga de soja.

Os investigadores conseguiram descobrir, após um intenso trabalho de inteligência e campanhas, que o caminhão, carregado com drogas destinadas ao abastecimento de pontos de tráfico na capital paulista, estaria estacionado em um bairro de Barueri, na região metropolitana de São Paulo. A equipe foi até o endereço e, com a permissão dos funcionários do estacionamento, entrou e encontrou o veículo. O automóvel estava destrancado, com a chave na ignição, mas sem nenhum motorista.

Inicialmente, nada de ilícito foi encontrado, apenas a carga de soja a granel. No entanto, havia um forte odor de maconha, então os policiais continuaram com as buscas até encontrarem diversas caixas e embalagens com as drogas.

Foram recolhidos mais de 1,7 mil tijolos de maconha. Os agentes ainda apreenderam notas fiscais e uma carteira de habilitação em nome de um homem, que agora é investigado por tráfico de drogas.

Os itens e as substâncias ilícitas foram apreendidos para a perícia. O caso foi registrado como tráfico de entorpecentes e apreensão de veículo na 2ª Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (Dise), do Denarc, que segue com as investigações para identificar e prender os responsáveis pela droga.

CIUMES DA FILHA

Assassino de ator de seus pais começa a ser julgado

O novo julgamento do empresário Paulo Cupertino começou na manhã desta quinta-feira, no Fórum da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo.

Ele é acusado de matar o ator Rafael Miguel, de 22 anos, e os pais do rapaz, o casal João Alcísio Miguel, de 52, e Miriam Selma Silva Miguel, de 50.

Conforme a acusação, o crime foi cometido por ciúmes: ele não aceitava o namoro da filha, Isabela, com o ator. Na época, ela tinha 18 anos.

Cupertino foi preso quase três anos após o crime, em maio de 2022, quando a polícia o en-

controu escondido e disfarçado, com uma identidade falsa, em um hotel de São Paulo.

Com ele foram encontrados chapéus, tintas de cabelo e lentes de contato que, segundo a polícia, o procurado usava para se disfarçar.

ATOR DE NOVELAS

Rafael era conhecido por sua participação na versão brasileira da novela Chiquititas, do SBT, exibida entre 2013 e 2015. Ele representava o personagem Paçoca.

Ele atuou também em nove-elas anos após o crime, em maio de 2022, quando a polícia o en-

de fim de ano *O Natal e o Menino Imperador*.

O relacionamento entre Isabela e Rafael durou pouco mais de um ano.

COMO FOI O CRIME?

O crime aconteceu em frente à casa da família, na Estrada do Alvarenga, no bairro Pedreira, na zona sul de São Paulo. Cupertino fugiu após os disparos. Outras duas pessoas, Eduardo Machado, de 45 anos, e Wanderley Ribeiro Senhora, de 59, acusados de ajudar na fuga do empresário, são réus no mesmo processo.

Ambos respondem em liber-

dade e, em seus depoimentos, negaram relação com o crime.

Na pauta, além dos três réus, há 8 testemunhas arroladas. Isabela foi a primeira a ser ouvida.

JULGAMENTO ANULADO

Cupertino conseguiu anular o primeiro julgamento, que ocorreu em outubro de 2024. Na ocasião, o réu destituiu seu advogado, levando o juiz Antônio Carlos Pontes de Souza a suspender o julgamento.

Ele é julgado por homicídio doloso com duas qualificadas: crime cometido sem chance de defesa das vítimas e por motivo fútil.

Quem era o ator de novelas Rafael Miguel assassinado por Cupertino

INGRID RODRIGUES/AE

O novo julgamento de Paulo Cupertino, acusado de matar o ator Rafael Miguel e os pais dele, teve início ontem, no Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo.

De acordo com o Ministério Público, no dia 9 de junho de 2019, Cupertino assassinou Rafael, de 22 anos, e os pais do jovem, João Alcísio Miguel, de 52, e Miriam Selma Silva Miguel, de 50, com 13 disparos. A motivação, segundo a acusação, seria o

fato de ele não aceitar o namoro da filha, então com 18 anos, com o ator.

RAFAEL MIGUEL

Rafael ganhou destaque ao interpretar o personagem Paçoca, na versão brasileira da novela *Chiquititas*, exibida pelo SBT entre 2013 e 2015.

Nascido em 9 de julho de 1996, em São Paulo, Rafael começou a carreira na infância. Ainda criança, estrelou um comercial que viralizou na época — nele, pedia à mãe para comprar

brócolis e chicória.

Mais tarde, aos 10 anos, ele fez uma participação na minissérie JK, na Globo, como o personagem Antenor. Depois, interpretou Bentinho na novela Cristal, no SBT.

O jovem voltou à Globo, onde atuou em *Pé na Jaca e Cama de Gato*. Em 2013, passou para o SBT e viveu seu papel mais marcante em *Chiquititas*.

VIDA ALÉM DA TV

Rafael começou a namorar Isabela Tibcherani Matias, filha

de Cupertino, em 2018. O jovem era fã de música, especialmente da banda americana Linkin Park, e chegou a acompanhar um show do grupo em São Paulo, em 2012.

Ele adorava os universos de astronomia e esportes, inclusive, era torcedor do New England Patriots, time da liga de futebol americano dos Estados Unidos (NFL).

Nas redes sociais, o ator costumava compartilhar momentos do dia a dia andando de skate e o convívio com sua gata, chamada Luna.

CIGARRO MATA

Tabagismo leva a 3 milhões de atendimentos em São Paulo

No Dia Mundial Sem Tabaco, celebrado amanhã, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) orienta sobre os perigos do uso da nicotina e dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), como vapes e cigarros eletrônicos. Desde 2023, o Estado registrou cerca de 3 milhões de internações e procedimentos relacionados às doenças causadas pelo tabagismo.

Entre as doenças associadas ao fumo estão câncer de lábio, infarto agudo do miocárdio, aneurismas, infertilidade, entre outras. Apesar de muitas vezes serem vistos como alternativas aos cigarros tradicionais, os DEFs podem representar riscos ainda maiores à saúde.

A nicotina presente nos aparelhos causa dependência e pode afetar o cérebro, além de desencadear ou agravar transtornos como ansiedade e depressão. O uso desses dispositivos para aliviar sintomas emocionais acaba criando uma dependência que dificulta a saúde mental a longo prazo.

A comercialização, importação e publicidade dos DEFs são proibidas no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que atualizou a fiscalização e as orientações em saúde por meio da RDC 855, publicada em 19 de abril de 2024.

A Lei Antifumo paulista, que completou 16 anos em maio, proíbe o consumo de cigarro e dispositivos similares em ambientes fechados, públicos ou privados, protegendo não fumantes e contribuindo para a redução de doenças causadas pela exposição à fumaça.

PARCERIA

A SES-SP lançou o projeto "Municípios Parceiros no Controle do Tabagismo", em parceria com o Instituto Oncoguia e apoio da Umane. A iniciativa visa capacitar 10 municípios paulistas para fortalecer a atuação das Câmaras Municipais no combate ao tabagismo e na prevenção do câncer.

O projeto oferece oficinas presenciais, materiais informa-

tivos regionais e um canal contínuo para troca de experiências e boas práticas, buscando criar uma rede de engajamento para ampliar o acesso à prevenção e ao diagnóstico precoce.

"É importante ressaltar que dentro dessa parceria os municípios escolhidos também podem convidar outras regiões para disseminar o projeto", explica Sandra Marques, coordenadora do Programa Estadual do Controle do Tabagismo da SES-SP.

QUIZ

Desde o ano passado, o Governo de São Paulo ampliou a oferta de serviços digitais à população com o quiz "Minha Vida sem Nicotina", do Programa Estadual de Controle do Tabagismo, disponível gratuitamente no aplicativo e site do Poupa-tempo. A ferramenta realiza um teste para avaliar o nível de dependência à nicotina, medido pelo Teste de Fagerström.

Com base no resultado, o programa indica a rede de tratamento mais próxima para usuá-

rios de tabaco ou qualquer outra forma de substância com nicotina, incluindo cigarrilhas, charutos, fumo mascado, narguilé e cigarros eletrônicos.

TRATAMENTO PELO SUS

Desde 2024, a SES-SP instituiu a Política Estadual de Controle do Tabaco, que fortalece a prevenção, o tratamento e a fiscalização relacionados ao tabagismo no estado. A política inclui capacitação de profissionais, campanhas educativas, e articulação com diferentes setores do governo e da sociedade civil.

O tratamento de tabagismo é ofertado em todos os níveis de atenção. Para acessá-lo, basta procurar uma Unidade Básica de Saúde (UBS) com documento de identidade e se inscrever no Programa de Cessação do Tabagismo.

"Lidar com o tabagismo é um desafio que vai além da dependência química, pois envolve fatores psicológicos, sociais e comportamentais", destaca Sandra Marques.

INTERIOR

Enfermeira é morta a facadas pelo ex dentro de posto de saúde

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma enfermeira de 40 anos foi morta a facadas pelo ex-marido, na terça-feira passada, quando trabalhava em uma unidade de saúde, em Avaré, no interior de São Paulo. O homem invadiu a unidade e trancou a porta da sala de atendimento onde a ex-mulher estava sozinha. Atingida por vários golpes, Márcia de Fátima Meira foi socorrida, mas não resistiu.

O suspeito foi preso em flagrante.

O crime aconteceu durante o expediente no Posto de Saúde Vera Cruz, onde a enfermeira trabalhava. O ex-marido, o fisioterapeuta Tani Roberto Neres Meira, de 40 anos, entrou pelo portão lateral do prédio, foi até a recepção e esperou o momento em que a enfermeira ficou sozinha na sala para invadir o local. Ele usava boné bermuda. De acordo com a prefeitura, a vítima foi socorrida com fe-

rimentos graves no abdômen, mas não resistiu, mesmo após passar por cirurgia.

Segundo o registro policial, Márcia foi atingida por facadas no tórax, na barriga e nos braços. Ela tinha sido casada com o fisioterapeuta por 20 anos. Ele foi preso por policiais militares quando ainda estava no local do crime. A faca usada no crime e o celular dele foram apreendidos. O suspeito passou por audiência de custódia e foi

mantido na prisão.

A prefeitura decretou luto oficial de três dias e, em razão do ocorrido, suspendeu o atendimento na unidade de saúde até a hoje. "A Prefeitura da Estância Turística de Avaré pede a compreensão de toda a população", diz, em comunicado.

O corpo de Márcia foi velado e sepultado na quarta-feira passada, no Cemitério Municipal de Avaré. "Mãe, enfermeira dedicada e respeitada por colegas e pacientes, Márcia foi atacada dentro do próprio local de trabalho - a Unidade Básica de Saúde Dra. Maria Da Glória Novaes Ramires Ferreira, no bairro Vera Cruz - pelo ex-marido, em mais um doloroso caso de feminicídio.

TRAMA GOLPISTA

Tarcísio depõe hoje no STF em defesa de Bolsonaro

KARINA FERREIRA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu hoje, e na próxima segunda-feira, as testemunhas de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu por liderar tentativa de golpe de Estado em 2022. Há a previsão de que 11 pessoas listadas pela defesa do ex-presidente sejam ouvidas nas audiências virtuais. Porém, a qualquer momento, o réu pode solicitar a desistência de alguma delas ao relator do caso, ministro Alexandre de Moraes.

Entre as testemunhas, estão cinco membros do alto escalão do governo Bolsonaro: o ex-ministro de Infraestrutura e atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o ex-chefe da Casa Civil e atual senador Ciro Nogueira (PP-PI), o ex-ministro do Desenvolvi-

mento Regional e senador Rogério Marinho, e o ex-secretário-executivo da Casa Civil Jonathan Nery.

O líder do PL, Valdemar Costa Neto, também deve depor hoje, mas como testemunha do ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Nenhuma das testemunhas foi citada na denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), acatada em votação unânime da Primeira Turma, que abriu ação penal contra o "núcleo crucial" do plano de golpe, em 26 de março.

Já no relatório da Polícia Federal (PF) de mais de 800 páginas que foi enviado para a PGR em novembro, Valdemar foi citado 38 vezes, porém, ele e outros sete indiciados não foram denunciados na avaliação do procurador-geral, Paulo Gonet, não ficou provado que Valde-

mar sabia que o relatório elaborado pelo Instituto Voto Legal, que apontava mau funcionamento de certos modelos das urnas eletrônicas no segundo turno da eleição de 2022, foi manipulado. O documento serviu de base para o PL solicitar a anulação dos votos registrados nas urnas citadas.

Segundo a investigação da Polícia Federal, ele ajudou o ex-assessor especial de Bolsonaro, Filipe Martins, a elaborar a minuta de golpe que o ex-presidente apresentou aos comandantes das Forças Armadas. A existência do documento foi confirmada em depoimentos de acusação na última semana.

Nesta sexta, também serão ouvidos os senadores Esperidião Amin (PP-SC), Eduardo Girão (Novo-CE), e o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-

RS), que foram arrolados pela defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. As audiências não estão sendo transmitidas por ordem da Suprema Corte, mas jornalistas e as defesas dos réus acompanham as sessões presencialmente no STF.

Os depoimentos sobre o núcleo central da trama golpista começaram na última segunda-feira. A primeira semana, que abriu os dez dias de oitivas, foi marcada pela confirmação da existência da chamada "minuta do golpe", pelo ex-comandante do Exército e general da reserva Marco Antônio Freire Gomes.

Já o ex-comandante da Aeronáutica Carlos Baptista Junior confirmou a versão de que o ex-comandante da Marinha almirante Almir Garnier Santos teria colocado suas tropas à disposição de Bolsonaro.

GENERAL GOLPISTA

Moraes dá 5 dias para PGR decidir sobre soltura de Braga Netto

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste em até cinco dias sobre o recurso do general Walter Braga Netto para tentar revogar sua prisão preventiva.

Moraes vai aguardar o parecer da PGR antes de reavaliar o caso. Na semana passada, o ministro manteve a prisão preventiva por considerar que o general poderia colocar a ação penal do penal em risco.

O advogado José Luís Oliveira Lima, que representa Braga Netto, espera que o general seja colocado em liberdade após a conclusão dos depoimentos das testemunhas.

Em recurso ao STF, a defesa argumentou que "é inconteste que não há investigações em curso a serem protegidas" e que a instrução do processo

está em "estágio avançado".

Braga Netto foi preso preventivamente em dezembro de 2024 por suspeita de tentar obstruir a investigação sobre o plano golpista. Segundo a Polícia Federal, ele tentou conseguir informações sigilosas sobre a delação do tenente-coronel Mauro Cid para repassar a outros investigados e também alinhou versões com aliados.

A defesa argumenta também que o sigilo da colaboração premiada foi levantado e, com isso, os fundamentos que levaram Moraes a decretar a prisão preventiva de Braga Netto "perderam completamente o sentido no atual momento do caso".

Braga Netto foi denunciado no "núcleo crucial" do plano de golpe, o mesmo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A denúncia foi recebida por unanimidade pela Primeira Turma do STF no final de março. Desde então, o general é oficialmente réu no processo.

ORTIGUEIRA E FAXINAL

Lula cria assentamento da reforma agrária no Paraná

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O governo federal criou, ontem, o Projeto de Assentamento Maila Sabrina, com a desapropriação da área de 10,6 mil hectares da antiga Fazenda Brasileira, localizada nos municípios paranaenses de Ortigueira e Faxinal. O investimento de R\$ 304 milhões vai beneficiar 450 famílias.

Durante evento em Ortigueira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) explicou a importância da destinação de terras degradadas para a produção de alimentos. Ele lembrou que o mundo produz mais do que pode consumir e, ainda assim, 733 milhões de pessoas passam fome.

"Quanto mais gente tiver produzindo no campo, quanto mais pequenos proprietários a gente tiver, quanto mais incentivo a gente der, quanto melhor produzir, melhor a qualidade do alimento, fica mais barato, e todo mundo vive", disse o presidente. Segundo ele, a oferta de terras pela União visa evitar os conflitos no campo.

A área do Assentamento Maila Sabrina é ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 2003, em local que se encontrava em estado de intensa degradação ambiental. Ao longo de mais de 20 anos, houve vários processos de despejo.

Hoje as famílias que vivem no local têm diversas atividades produtivas, entre as quais, o cultivo orgânico de grãos, hortaliças, verduras e frutas e pequenas criações de animais, agroindústrias, serviços públicos e comunitários, eventos culturais e

religiosos. A média anual de produção de frutas no acampamento é de 21 toneladas. De grãos e cereais são produzidas 110 mil sacas - e mais toneladas de batata doce, moranga, quiabo e diversas folhosas.

"Nós temos a obrigação moral, ética e política de ver o que a gente viu aqui e ter coragem de debater com aqueles que são contra o movimento sem-terra, aqueles que são contra a reforma agrária, aqueles que não conhecem o sacrifício e tentam vender a imagem de que vocês são invasores de terra. Na verdade, vocês são invasores de busca de dignidade, de respeito, de direito que você tem que ter", destacou Lula.

ACORDO JUDICIAL

A obtenção do imóvel e criação do assentamento tornaram-se possíveis por meio de um acordo judicial, no âmbito da ação de reintegração de posse da área, homologado pela Justiça Federal. O acordo foi confirmado em 27 de março deste ano, após dois anos de mediação feita pela Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Paraná, com a indenização dos proprietários e a extinção das ações.



Com a legalização do assentamento, a comunidade poderá ter acesso a políticas de crédito, assistência técnica e de destinação da produção agropecuária, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também atuou para a realização do acordo judicial, lembrou que a reforma agrária é um direito estabelecido na Constituição.

"As pessoas precisam compreender o sentido da luta de vocês. Vocês são agentes transformadores deste país. Vocês lembram, a todo momento, ao contrário do que dizem, que vocês conhecem a Constituição e querem fazer cumprir a Constituição. É exatamente o oposto do que tentam disseminar", afirmou.

"Vocês, quando pedem por uma área improdutiva, para que ela alimente a população, para que ela ofereça oportunidade de trabalho, vocês estão nos lembrando que existe uma Constituição que determina que a terra produza, que determine que a terra alimente, que determine que a terra acolha. É um ensinamento [de] que a

gente não pode desistir no Brasil", acrescentou.

A criação do Assentamento Maila Sabrina integra a política do Terra da Gente, que tem como objetivo acelerar a reforma agrária e estruturar assentamentos em todo o país. Desde 2023, o governo federal já destinou mais de 15 mil novos lotes em assentamentos convencionais. Até o fim de 2025, serão 30 mil famílias assentadas em novos lotes e outras 30 mil até o fim de 2026.

INVESTIMENTOS

Durante o evento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também assinou protocolo com Itaipu Binacional para a compra de alimentos da agricultura familiar via modalidade Compra Institucional do PAA. Isso significa que parte dos alimentos comprados pela empresa virá da produção local, beneficiando a comunidade da região perto da usina de Itaipu.

MDA e Itaipu também firmaram acordo para assistência técnica e extensão rural em municípios do Paraná e de Mato Grosso do Sul. O objetivo é promover o desenvolvimento rural sustentável na área sob influência de Itaipu, abrangendo 434 municípios no Paraná e em Mato Grosso do Sul. Serão investidos R\$ 50 milhões em benefício de cinco mil agricultores familiares.

Ainda foram destinados R\$ 52,5 mil para sistemas de irrigação do Assentamento Eli Vive, em Londrina, no Paraná, e R\$ 1,3 milhão para ajudar 142 mulheres da mesma comunidade a começar a produzir.

fluenza A têm contribuído para o aumento dos casos de SRAG na faixa etária de até 4 anos, assim como nas crianças e adolescentes de 5 a 14 anos. Já a influenza A tem sido o principal vírus responsável pelo aumento dos casos de SRAG entre adultos e idosos e jovens a partir dos 15 anos.

A pesquisadora do InfoGripe Tatiana Portella ressalta a importância da vacinação diante do atual cenário epidemiológico e reforça que é fundamental levar as crianças, os idosos e outros grupos prioritários para se vacinarem contra o vírus.

"A vacina ainda leva por volta de uns 15 dias para fazer efeito, então quanto antes esse grupo tomar a vacina, melhor", avaliou a especialista

FIOCRUZ

72,5% dos óbitos por SRAG estão relacionados à influenza A

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O boletim semanal InfoGripe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado ontem indica que os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por influenza A têm atingido níveis de incidência de moderada a muito alta em jovens, adultos e idosos. O documento destaca a alta mortalidade de idosos e crianças de até dois anos de idade, em consequência da doença.

O vírus tem maior incidência em crianças pequenas, seguida pela população idosa. Entre os óbitos, nas últimas quatro semanas, o maior número de vítimas positivas da doença foi de 72,5% para influenza A; 1,4% para influenza B; 12,6% para VSR; 9,7% para rinovírus; e 5,9% para Sars-CoV-2.

O boletim indica que as hospitalizações por Vírus Sincicial Respiratório (VSR), que atingem sobretudo as crianças pequenas, têm apresentado início

de queda nos estados de São Paulo, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Já a influenza A apresenta estabilização da doença no Mato Grosso do Sul e no Pará, embora os casos da doença ainda permaneçam em níveis altos de incidência nesses estados.

Os dados laboratoriais por faixa etária indicam que o aumento dos casos de SRAG nas crianças de até 4 anos tem sido impulsionado principalmente pelo VSR. O rinovírus e a in-

CÂMARA

Motta sugere medidas antipáticas no lugar do IOF

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Após pedir ao governo que reveja o aumento do Imposto de Operações Financeiras (IOF), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que o parlamento está disposto a aprovar medidas antipáticas de corte de despesas para alcançar a meta de gastos definida pelo arcabouço fiscal.

"Talvez tenha chegado a hora de enfrentar esse problema, de colocar o dedo na ferida e rever e ajustar aquilo que não está correto. É isso que nós estamos nos dispostos a fazer, sabendo que, muitas das vezes, são medidas antipáticas que precisarão ser tomadas perante a sociedade", afirmou Motta após reunião de líderes ontem.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), ressaltou que é preciso manter o aumento do IOF neste ano para evitar cortes sociais em saúde, educação e que colocam em risco o funcionamento da máquina pública.

Já o presidente da Câmara, Hugo Motta, cobra medidas de cortes de gastos consideradas mais estruturantes.

"A situação já está se tornando ingovernável. Quem quer que venha a ser o presidente no próximo mandato com certeza encontrará um país com orçamento cada vez mais engessado, com menos discricionariedade", completou.

A fala de Motta ocorre após o Congresso dar um prazo de 10 dias para o governo apresentar uma alternativa ao decreto que elevou alíquotas do IOF que, segundo o Ministério da Fazenda, impactaria apenas as empresas e os contribuintes mais ricos, evitando uma maior limitação do funcionamento da máquina pública.

Nota

DINO DIZ QUE NÃO CABE AO JUDICIÁRIO REDESENHAR SISTEMA TRIBUTÁRIO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que não compete ao Judiciário redesenhar o sistema tributário nacional. A declaração do ministro foi feita durante o julgamento no qual a Corte começou a julgar a constitucionalidade da incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre remessas de recursos ao exterior. O julgamento envolve cerca de R\$ 20 bilhões em arrecadação. Durante sua manifestação, o ministro citou a postagem feita hoje nas redes sociais pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para criticar a decisão do governo de aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em seguida, o Dino defendeu uma reforma no sistema tributário, mas ponderou que a medida não pode ser feita pelo Judiciário.



IDOSOS

Prefeitura interdita asilo clandestino em Campo Grande

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, participou de uma operação que levou à interdição de um asilo clandestino localizado no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste.

A ação foi realizada em conjunto com a Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa (DEAPTI) e o Instituto Municipal de Vigilância Sanitária (Ivisa-Rio).

No local, foram encontrados cerca de 10 idosos expostos a maus-tratos, medicamentos vencidos e condições totalmente insalubres. A denúncia chegou à SEMESQV através do canal Rio Cuidadoso, que tem se consolidado como uma ferramenta essencial na proteção dos direitos da pessoa idosa.

“Nos deparamos com uma situação desumana e inaceitável. O nosso compromisso é garantir que nenhum idoso seja submetido a esse tipo de

violência. A parceria com a Polícia Civil e o apoio da sociedade, através de canais como o Rio Cuidadoso, são fundamentais para combater essas práticas criminosas”, afirmou o secretário de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, Felipe Michel.

O asilo foi interditado e os idosos foram removidos por seus familiares, que receberam todas as orientações necessárias, inclusive sobre a importância de, se for o caso, buscar uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) devidamente licenciada, garantindo assim segurança e qualidade no acolhimento.

A Prefeitura do Rio reforça a importância das denúncias anônimas e segue empenhada na fiscalização rigorosa de instituições que não atendem às normas legais e sanitárias, garantindo o bem-estar e a dignidade da população idosa.

MOVIMENTO GOVERNISTA

Greve nacional na Colômbia pede reforma trabalhista

LUCAS PORDEUS LEÓN/BRASIL

As principais centrais sindicais da Colômbia promovem uma greve nacional que começou ontem e de 48 horas a favor da reforma trabalhista rejeitada pelo Senado colombiano, que rejeitou também a proposta do governo de uma consulta popular sobre a reforma. Entre as medidas, está o pagamento adicional para quem trabalha à noite, nos domingos e feriados.

Após o Senado rejeitar a reforma e a consulta popular, o presidente Gustavo Petro convocou manifestações e sugeriu uma greve geral, acusando a Casa Legislativa de fraudar a votação.

A Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) da Colômbia realiza atos pelo país, “em apoio à consulta popular e às reformas sociais e em rechaço aos oligarcas que têm sabotado os avanços que exigem a cidadania”, disse, em nota, a CUT colombiana.

Em 48 horas, foram registradas mobilizações populares e suspensão de serviços de transporte em cidades colombianas, assim como alguns distúrbios com a polícia, segundo informa a mídia local. A prefei-

tura de Bogotá, capital do país, disse que foram registrados 211 bloqueios de vias na quarta-feira.

Um dia antes da paralisação nacional, uma comissão do Senado votou proposta alternativa de reforma trabalhista que, apesar de semelhante à proposta do Executivo, teve alterações criticadas pelas centrais sindicais e pelo bloco partidário que apoia o governo, que considerou o novo projeto “regressivo”.

“Apesar do esforço coletivo que permitiu reviver o debate após o arquivamento inicial – graças à mobilização social e a convocação da consulta popular – o aprovado representa uma clara derrota para quem sonha com um modelo laboral justo e digno”, diz nota da bancada do Pacto Histórico no Congresso colombiano.

A bancada governista cita, como retrocessos do novo texto, a supressão da natureza laboral dos contratos com jovens aprendizes; a negação do aumento da licença paternidade, a manutenção das jornadas de até 10 horas diárias para empregadas domésticas e a legalização da contratação por hora, “prática que reduz a renda real dos trabalhadores.”

CONSULTA POPULAR

O governo Petro diz que, se o Senado não votar novamente o pedido para consultar a população sobre a reforma laboral, irá editar um decreto para viabilizar a consulta sem passar pelo Legislativo.

“A falha formal poderia ser facilmente corrigida, repetindo a votação no Senado, cumprindo as formalidades da Lei. É isso que nós, o governo, e muitos membros do Congresso que foram abusivamente impedidos de votar, solicitamos formalmente. Mas o senador Efraín Cepeda não o fará porque sabe que, desde que o governo introduziu o referendo, sempre obteve maioria no plenário do Senado. Ele causou uma fraude eleitoral”, disse Petro em uma rede social.

O presidente do Senado, Efraín Cepeda, disse que a votação foi legítima e que a Casa não votará novamente o pedido para consultar a população sobre a reforma trabalhista. Na avaliação do presidente do Senado, o Executivo não pode convocar uma consulta popular sem passar pelo Legislativo.

“Não permitiremos que a Constituição seja violada nem que se utilizem manobras para desviar milhões de dólares em

recursos públicos para interesses políticos e campanhas eleitorais. O Senado, no exercício de seus poderes legais, rejeitou o referendo, cuja aprovação é requisito essencial para sua viabilidade”, informou Cepeda, também em uma rede social.

REFORMAS SOCIAIS

O presidente colombiano Gustavo Petro tenta, desde o início da sua gestão, aprovar reformas sociais que alega que foi eleito para promover. Sem maioria no Congresso, os projetos do primeiro presidente de esquerda da história do país têm dificuldade de avançar.

Apesar de ter conseguido aprovar mudanças na previdência social e no regime tributário, as reformas da saúde, educação e a trabalhista foram rejeitadas. Após ter a consulta popular negada pelo Senado, Petro decidiu incluir quatro perguntas sobre a reforma na saúde junto com as perguntas da reforma trabalhista.

Petro tem apenas mais um ano para o fim do mandato, sem direito à reeleição. Apesar de permitida durante os mandatos de Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018), o instituto da reeleição foi proibido em 2015.

IMORTALIDADE

Advogado e escritor José Roberto de Castro é eleito para a ABL

DOUGLAS CORRÊA/BRASIL

A Academia Brasileira de Letras (ABL) elegeu ontem o advogado e escritor José Roberto de Castro Neves (capa) para ocupar a cadeira 26, sucedendo Marcos Vilaça, que faleceu em março deste ano.

Foi eleito com 27 votos, contra sete recebidos por escritor e editor Rodrigo Lacerda.

Castro Neves é professor de Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). É autor de 18 livros sobre história, literatura e direito, com vendas que totalizam cerca de 200 mil exemplares.

Como os *advogados salvaram o mundo*, *Medida por medida*, *Direito em Shakespeare*, *Os grandes julgamentos da História* e *Ozymandias* são algumas de suas obras.

O acadêmico Carlos Nejar



IAB/DIVULGAÇÃO

parabenizou a academia pela escolha de José Roberto Castro Neves.

“Escritor, jurista, e sobretudo um intérprete de Shakespeare. Também um estudioso da relação entre literatura e direito e autor de muitos livros. Penso que ele vai somar nesta Casa. Trabalhando em prol da nossa cultura, como tem feito de maneira solitária e solidária.”

ATENDIMENTO

RJ lança Expresso do Consumidor

A população do Estado do Rio de Janeiro vai contar com um novo aliado na defesa de seus direitos: o Expresso do Consumidor. Iniciativa da Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor (Sedcon), em parceria com o Procon-RJ, o projeto levará atendimento especializado, orientação jurídica e ações educativas a vários municípios. Em um ônibus adaptado, os agentes vão esclarecer dúvidas, atender reclamações e receber denúncias dos consumidores.

“É importante levar serviços para perto da população. O Expresso do Consumidor é mais um passo para garantir que os direitos dos cidadãos sejam respeitados em todo o estado” disse o governador Cláudio Castro.

Com foco em acessibilidade e inclusão, o Expresso do Consumidor foi desenvolvido para garantir atendimento gratuito a todos os cidadãos, com atenção especial a idosos, pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. O objetivo é aproximar os serviços da população, especialmente das localidades que ainda não con-

tam com unidades fixas do Procon.

A estreia do projeto será no dia 31 de maio, em Duque de Caxias, com atendimento das 9h às 13h, na Praça do Pacificador. Já no dia 14 de junho, o ônibus chega a Armação dos Búzios, com atendimento na Praça Inefi, no bairro da Rasa. Para celebrar a ação, as duas datas contarão com o Expresso Cultural — uma programação especial com shows e atrações gratuitas a partir das 16h.

“Nosso objetivo é expandir o acesso ao atendimento do Procon aos municípios que ainda não contam com uma unidade local, garantindo que os direitos dos consumidores sejam respeitados em todas as regiões do estado”, destaca o Secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca.

A Sedcon e o Procon-RJ atuam na defesa dos consumidores fluminenses por meio de ações educativas, mediação de conflitos, fiscalização e formulação de políticas públicas voltadas para as relações de consumo.

EUA

Israel aceita nova proposta de cessar-fogo; Hamas avalia

Israel aceitou uma nova proposta dos Estados Unidos para um cessar-fogo temporário com o Hamas na Faixa de Gaza, informou a Casa Branca ontem. O grupo, no entanto, ainda está avaliando a proposta americana, com grandes chances de aceitar com ressalvas, segundo jornais israelenses.

Os novos sinais de progresso em direção a uma trégua temporária surgiram depois que o enviado especial do presidente dos EUA, Donald Trump, Steve Witkoff, expressou otimismo no início desta semana sobre a negociação de um acordo para interromper a guerra entre Israel e o Hamas e devolver mais reféns capturados no ataque que a desencadeou.

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse a repórteres que Israel “apoiou e aprovou” a nova proposta e que o Hamas está avaliando. O jornal israelense *Times of Israel* noticiou que o Hamas está inclinado a aceitar a proposta, mas com ressalvas, citando fontes diplomáticas árabes e outra próxima da negociação.

Autoridades do Hamas deram uma resposta fria ao rascunho aprovado por Israel, mas disseram que queriam estudar a proposta mais de perto antes de dar uma resposta formal.

Mais cedo, o primeiro-ministro e genocida Binyamin Netanyahu já havia adiantado às famílias dos reféns israelenses que ainda estão na Faixa de Gaza que ele havia aceitado a ideia americana. O premiê vem sofrendo pressões crescentes de familiares de reféns que o acusam de não priorizar a vida de seus entes capturados ao prolongar a guerra.

Segundo o jornal israelense *Haaretz*, o plano de Witkoff inclui a libertação de 10 reféns vivos e 18 mortos em duas fases de troca de um cessar-fogo de 60 dias na Faixa de Gaza. Ainda há 58 reféns dentro da Faixa de Gaza. Acredita-se que cerca de um terço esteja vivo, embora muitos temam estar em grave perigo com o prolongamento da guerra.

O jornal acrescenta, citando uma fonte israelense, que a nova proposta não inclui uma exigência para que Israel encerre os combates e se retire totalmente da Faixa, mas observou que a re-

dação permitiria ao Hamas entender que o acordo poderia levar a um cessar-fogo de longo prazo na prática.

A *Associated Press* informou que o Hamas disse ter concordado com Witkoff em uma “estrutura geral” de um acordo que levaria a um cessar-fogo duradouro, uma retirada israelense total de Gaza, um influxo de ajuda e uma transferência de poder do grupo terrorista para um comitê politicamente independente de palestinos.

IMPASSE

As dificuldades para se chegar a um acordo duradouro são as demandas conflitantes ou desconfiadas.

Netanyahu recusa-se a encerrar a guerra até que todos os reféns sejam libertados e o Hamas seja destruído ou desarmado e enviado para o exílio. Ele afirmou que Israel controlará Gaza indefinidamente e facilitará o que ele chama de emigração voluntária de grande parte de sua população.

Os palestinos e a maior parte da comunidade internacional rejeitaram os planos de reassentar a população de Gaza, uma medida que, segundo especialistas, viola o direito internacional

O Hamas afirmou que só libertará os reféns restantes - sua única moeda de barganha - em troca de mais prisioneiros palestinos, um cessar-fogo duradouro e uma retirada israelense completa. O Hamas se ofereceu para entregar o poder a um comitê de palestinos politicamente independentes que supervisionaria a reconstrução.

A disputa sobre se deve haver um cessar-fogo temporário para libertar mais reféns - como Israel pediu - ou um permanente - como o Hamas quer - tem atormentado as negociações mediadas pelos EUA, Egito e Catar por mais de um ano e meio, e não há nenhuma indicação de que tenha sido resolvida.

Ainda de acordo com o *Haaretz*, citando fontes árabes e palestinas, o Hamas considera aceitar o acordo americano, mas está preocupado que Israel retome os combates quando metade dos reféns for libertada, como aconteceu na trégua anterior. Milhares de palestinos foram mortos desde que Israel retomou seus

ataques aéreos e operações terrestres após o fim do cessar-fogo em março.

O Hamas está bastante debilitado militarmente e perdeu quase todos os seus principais líderes em Gaza. Na última quarta-feira, Netanyahu anunciou a morte do quarto líder do grupo terrorista, Mohammed Sinwar. O grupo provavelmente teme que a libertação de todos os reféns sem garantir um cessar-fogo permanente permita que Israel lance uma campanha ainda mais devastadora para, em última análise, destruir o grupo.

Israel teme que um cessar-fogo duradouro e uma retirada imediata dariam ao Hamas uma influência significativa em Gaza, mesmo que cedesse o poder formal. Com o tempo, o Hamas poderia reconstruir seu poderio militar e, eventualmente, lançar mais ataques como os de 7 de outubro.

Netanyahu também enfrenta restrições políticas: seus parceiros de coalizão de extrema direita ameaçaram derrubar seu governo se ele encerrasse a guerra cedo demais. Isso o deixaria mais vulnerável a processos por antigas acusações de corrupção e a investigações sobre as falhas em torno do ataque de 7 de outubro

Uma resolução mais ampla para o conflito parece mais distante do que nunca.

Os palestinos estão fracos e divididos, e o atual governo de Israel - o mais nacionalista e religioso de sua história - se opõe às demandas palestinas por um estado em Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, territórios ocupados por Israel na guerra do Oriente Médio de 1967.

As últimas negociações sérias de paz fracassaram há mais de 15 anos.

Em meio a tudo isso estão tanto as famílias dos reféns israelenses que pedem o seu retorno, quanto milhares de palestinos que lutam contra a fome dentro do território.

Homens do Hamas invadiram o sul de Israel em 7 de outubro de 2023, matando cerca de 1.200 pessoas, a maioria civil, e sequestrando 251 reféns. Mais da metade dos reféns foi libertada em cessar-fogo ou outros acordos. Israel resgatou oito pessoas e recuperou dezenas de corpos.

HARVARD

Juíza prorroga veto a decisão de barrar estrangeiros

Uma juíza federal em Boston bloqueou de forma temporária ontem, a tentativa do governo Donald Trump de impedir a Universidade de Harvard de matricular estudantes internacionais.

A decisão da juíza foi uma vitória para Harvard, pelo menos por agora, em sua batalha contra a Casa Branca.

Os advogados da universidade argumentaram que a administração Trump está atacando a instituição politicamente, violando a Primeira Emenda, e disseram que estudantes internacionais estavam em pânico e buscando uma transferência. “Eu quero manter o status quo”, disse a juíza Allison D. Burroughs na audiência desta quinta-feira. “As pessoas estão aterrorizadas.”

Advogados do departamento de Segurança Interna dos EUA indicaram que a administração Trump estava buscando outras maneiras de proibir estudantes internacionais de se matricularem na universidade de Harvard.

EMBATES

O governo republicano está em uma luta contra a universidade, que inclui o corte de bilhões de dólares em financiamento federal e uma série de processos.

Depois de ter cortado mais de US\$ 2 bilhões em financiamento nas últimas semanas, Trump pretende cancelar os contratos federais remanescentes com a Universidade de Harvard - avaliados em aproximadamente US\$ 100 milhões (R\$ 565 milhões), segundo uma carta enviada às agências federais na terça-feira passada.

A administração americana acusa Harvard permitiu que estrangeiros “anti-americanos e pró-terroristas assaltassem e agredissem fisicamente indivíduos e obstruíssem seu ambiente de aprendizagem”, e acusou a universidade de hospedar e treinar membros do grupo paramilitar do Partido Comunista Chinês.